

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE GEOGRAFIA

MICHELLI CADORIN PIAZZA

**O MEIO RURAL DE UM MUNICÍPIO EM TENDÊNCIA DE
URBANIZAÇÃO: O CASO DE MELEIRO-SC**

CRICIÚMA

2011

MICHELLI CADORIN PIAZZA

**O MEIO RURAL DE UM MUNICÍPIO EM TENDÊNCIA DE
URBANIZAÇÃO: O CASO DE MELEIRO-SC**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharelado no curso de Geografia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Sônego

CRICIÚMA

2011

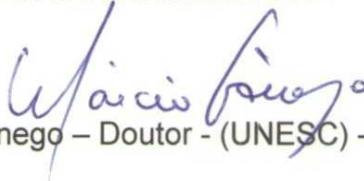
MICHELLI CADORIN PIAZZA

**O MEIO RURAL DE UM MUNICÍPIO EM TENDÊNCIA DE
URBANIZAÇÃO: O CASO DE MELEIRO-SC**

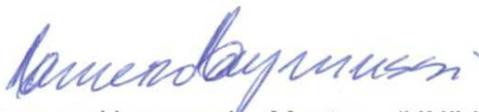
Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharelado, no Curso de Geografia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Geografia Agrária.

Criciúma, 29 de Novembro de 2011.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Márcio Sônego – Doutor - (UNESC) – Orientador



Prof. Homero Haymussi – Mestre - (UNIVALI)



Rogério Antônio Casagrande – Eng. Agrônomo - (RC Projetos Agropecuários)

Dedico este trabalho a minha família tão amada e a minha madrinha Edsiana Piazza (*in memorium*).

AGRADECIMENTOS

Devemos sempre buscar novos conhecimentos e informações. Mas, para que seja concluída essa busca e todos os seus obstáculos, é necessária a ajuda de pessoas especiais, ou seja, de amigos. Por isso, agradeço primeiramente a Deus por me dar saúde e força de vontade para poder chegar até aqui.

Aos meus “anjos”: ao meu pai, José, a minha mãe, Eva, ao meu querido irmão, Mateus e ao meu namorado, Juliano; que durante os quatro anos de graduação estiveram do meu lado, me apoiando e motivando nos momentos e/ ou períodos mais difíceis. Muitas vezes deixando de lado muitas de suas tarefas e/ ou afazeres para ajudar a fazer os meus.

Agradeço a orientação do Prof. Dr. Márcio Sônego, pelos mais diversos ensinamentos, pelo incentivo, e, principalmente, por acreditar em minha capacidade. Aos professores do Curso de Geografia que sempre me apoiaram e incentivaram, quando necessário. A todos os amigos que fiz durante a graduação, principalmente a minha turma, aos quais nunca mais saíram do meu coração, sejam os momentos bons ou ruins que estivemos juntos, rindo ou chorando. Em especial as ajudas de Aline Fernandes, Eliana Jucoski, Jonatas Ramos, Simone da Silva e Tayse Nicoladelli. Meu muito obrigado.

Agradeço a Eder Mattos e Jani Motta por compreender as dificuldades e me ceder espaços para a realização deste sonho. Ao supervisor de estágio Rogério Antônio Casagrande pelos ricos ensinamentos e informações. Aos dois fumicultores entrevistados: José Vianey Piazza e Amarildo Biz; aos dois rizicultores: Douglas Scardueli e Dimas Dordete; ao Técnico Agrícola da EPAGRI local, Nei Zeni; a Extensionista Rural da EPAGRI local, Anadilse Gonçalves; à diretora Maria Bernardete P. Macarinni e aos alunos da escola onde foram aplicados os questionários; aos quais proporcionaram a realização da pesquisa.

A todos os meus amigos, colegas e demais pessoas ligadas a mim que compreenderam os momentos difíceis e preocupavam-se com minha felicidade pela realização e conclusão da graduação.

Enfim, agradeço a você que está lendo minhas palavras. Obrigada!

“Não há bons ventos para os que não sabem para onde ir.”

(Lucius Annaeus Seneca)

RESUMO

O presente trabalho aborda a análise da conjuntura sócio-econômica do meio rural do município de Meleiro, Santa Catarina, e relaciona-o com a tendência de urbanização que se observa nos dias atuais. Foram investigados quais os possíveis motivos que determinam a mudança da família rural para a área urbana, relacionando-os com as características predominantes encontradas no meio rural. Abordou-se a modificação da estrutura fundiária e, a partir daí, a perspectiva dos produtores agropecuários e de seus filhos permanecerem na propriedade rural. Para tanto foram analisados dados do censo demográfico e agropecuário dos últimos anos; foram feitas entrevistas com produtores e técnicos do setor agropecuário; e foram aplicados questionários a estudantes do ensino médio do município de Meleiro. A monocultura do arroz foi considerada como fator principal da expulsão de pequenos produtores rurais para o meio urbano, ou seja, fator principal do êxodo rural em Meleiro. Este processo resultou no aumento da população urbana em relação à população rural no período de uma década. Por fim, com base nos levantamentos de campo foram identificadas duas tendências no meio rural de Meleiro: o envelhecimento e a masculinização de sua população ao longo dos próximos anos.

Palavras-chave: Espaço rural. Êxodo rural. Geografia agrária. Migração. Novo rural brasileiro.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Estimativa da urbanização no mundo baseado no período compreendido entre 1950 a 2010, até 2050.	31
Figura 2: Estimativa da urbanização no Brasil baseado no período compreendido entre 1950 a 2010, até 2050.	33
Figura 3: Mapa de localização do Município de Meleiro. Erro! Indicador não definido.	
Figura 4: Macrozoneamento de Meleiro.....	Erro! Indicador não definido.
Figura 5: Estrutura das atividades agropecuárias (lavouras temporárias).	41
Figura 6: Imagem aérea de 2005 que demonstra as áreas de cultivo do arroz dentro da cidade de Meleiro.	43
Figura 7: Quantidade de produtores proprietários em relação às demais condições.....	46
Figura 8: Quantidade de hectares disponíveis aos produtores proprietários em relação aos demais produtores.	47
Figura 9: Policultivo em uma pequena propriedade de Meleiro, localizada na localidade de Poço Verde.....	49
Figura 10: Monocultivo do arroz em uma média propriedade, localizada na localidade de Limeira.....	50
Figura 11: Monocultivo do arroz em uma grande propriedade de Meleiro, localizada na localidade de Jundiá.....	50
Figura 12: Evolução populacional do Município de Meleiro.	52
Figura 13: Local de residência da população questionada.	57
Figura 14: Perspectiva dos jovens que desejam continuar residindo no meio rural ou administrando a propriedade dos pais.	59
Figura 15: Quantidade por sexo dos jovens em idade escolar que desejam migrar.	59
Figura 16: Área plantada de Feijão entre 1990 a 2008.	71
Figura 17: Área plantada de Arroz entre 1990 a 2008.	71
Figura 18: Área plantada de Mandioca entre 1990 a 2008.	71
Figura 19: Área plantada de Fumo entre 1990 a 2008.....	72
Figura 20: Área plantada de Milho entre 1990 a 2008.	72
Figura 21: Área plantada de Cana-de-Açúcar entre 1990 a 2008.	72
Figura 22: Área plantada de Banana entre 1990 a 2008.....	73

Figura 23: Área plantada de Maracujá entre 1990 a 2008.	73
Figura 24: Quantidade de Vacas ordenhadas entre 1990 a 2008.	74
Figura 25: Quantidade de Ovinos tosquiados entre 1990 a 2008.	74
Figura 26: Quantidade de Suínos entre 1990 a 2008.	74
Figura 27: Quantidade de Bovinos entre 1990 a 2008.	75
Figura 28: Quantidade de Caprinos entre 1990 a 2008.	75
Figura 29: Quantidade de Codornas entre 1990 a 2008.	75
Figura 30: Quantidade de Coelhos entre 1990 a 2008.	76
Figura 31: Quantidade de Eqüinos entre 1990 a 2008.	76
Figura 32: Quantidade de Galinhas entre 1990 a 2008.	76
Figura 33: Quantidade de Galos, Frangos, Frangas e Pintos entre 1990 a 2008.	77
Figura 34: Quantidade de Muares entre 1990 a 2008.	77
Figura 35: Quantidade de Ovinos entre 1990 a 2008.	77
Figura 36: Quantidade produzida de Leite entre 1990 a 2008.	78
Figura 37: Quantidade produzida de Ovos de Galinha entre 1990 a 2008.	78
Figura 38: Quantidade produzida de Ovos de Codorna entre 1990 a 2008.	78
Figura 39: Quantidade produzida de Mel de Abelha entre 1990 a 2008.	79
Figura 40: Quantidade produzida de Lã entre 1990 a 2008.	79
Figura 41: Extração de Lenha entre 1990 a 2008.	80
Figura 42: Extração de Madeira em Tora entre 1990 a 2008.	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Condição do produtor em relação à posse da terra – Santa Catarina - 1970-2006.	25
Tabela 2: Sexo e idade do dirigente do estabelecimento agropecuário – Santa Catarina - 2006.....	26
Tabela 3: Percentual da população nos censos demográficos por situação dos domicílios 1950 – 2000.	32

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PMM	Prefeitura Municipal de Meleiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	OBJETIVOS	14
1.1.1	Objetivo Geral	14
1.1.2	Objetivos específicos	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1	A ATIVIDADE AGROPECUÁRIA E SEUS CONCEITOS	15
2.1.1	A agricultura patronal ou empresarial	16
2.1.2	A agricultura familiar	16
2.2	A MODERNIZAÇÃO DA AGROPECUÁRIA NO BRASIL	19
2.2.1	Impactos da modernização da agropecuária brasileira	20
2.3	OS INCENTIVOS GOVERNAMENTAIS PARA A ATIVIDADE AGROPECUÁRIA: ÊNFASE PARA SANTA CATARINA	23
2.4	CONTEXTOS DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA EM SANTA CATARINA	25
2.5	O URBANO E A CIDADE	27
2.6	O MEIO RURAL	28
2.7	URBANIZAÇÃO	29
2.7.1	Urbanização no Mundo	30
2.7.2	Urbanização no Brasil	31
3	METODOLOGIA	34
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	35
4.1	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	35
4.1.1	Localização	35
4.1.2	Ocupação humana	37
4.1.3	Aspectos políticos	37
4.1.4	Aspectos físicos	38
4.2	MODIFICAÇÕES DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA	39
4.3	O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO	51
4.4	PERSPECTIVA ATUAL DOS PRODUTORES RURAIS DE MELEIRO	54
4.5	PERSPECTIVA DOS JOVENS DE MELEIRO	57
5	CONCLUSÃO	63
	REFERÊNCIAS	64

APÊNDICES	68
APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO DESTINADO AOS JOVENS EM IDADE ESCOLAR DE UMA ESCOLA DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE MELEIRO.....	69
ANEXOS	70
ANEXO A: LAVOURAS TEMPORÁRIAS EM MELEIRO.....	71
ANEXO B: LAVOURAS TEMPORÁRIAS EM MELEIRO.....	72
ANEXO C: LAVOURAS PERMANENTES EM MELEIRO.....	73
ANEXO D: EFETIVO DA PECUÁRIA EM MELEIRO	74
ANEXO E: EFETIVO DA PECUÁRIA EM MELEIRO	75
ANEXO F: EFETIVO DA PECUÁRIA EM MELEIRO	76
ANEXO G: EFETIVO DA PECUÁRIA EM MELEIRO.....	77
ANEXO H: PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL EM MELEIRO.....	78
ANEXO I: PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL EM MELEIRO	79
ANEXO J: EXTRAÇÃO VEGETAL EM MELEIRO.....	80

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende discutir as modificações na estrutura fundiária que vem acontecendo no município de Meleiro, bem como investigar as perspectivas de permanência dos produtores e seus filhos no meio rural, diante dos apelos oferecidos pela urbanização pela qual o município vem passando.

Meleiro está localizado na região do Litoral Sul Catarinense, mais precisamente na microrregião homogênea de Araranguá, tendo todo seu território na Bacia do Rio Araranguá. O principal curso d'água é o Rio Manuel Alves, o qual corta todo o município, propiciando o desenvolvimento da agropecuária, em especial a rizicultura, atividade que se coloca como uma das principais fontes econômicas de Meleiro.

No Brasil o meio rural tem mostrado transformações que vem modificando a distribuição populacional e a ocupação econômica das áreas. Após o evento da modernização da agricultura na década de 1960, conhecida como a “Revolução Verde”, a ocupação do meio rural vem sendo esvaziada ao longo dos anos em todos os sentidos. Estas modificações têm afetado principalmente as questões sociais e econômicas do espaço e do território do lugar ou região, tendo como quadro principal o êxodo rural e o aumento da população urbana.

No caso de Meleiro, o fenômeno da urbanização pode estar influenciando a perspectiva dos produtores agropecuários e de seus filhos e, por conseqüência, a estrutura fundiária. Por isso se faz necessário entender e compreender as características do meio rural e seus fatores de influência, para entender as transformações na dinâmica populacional e econômica.

Para analisar tais características foram delimitados objetivos que nortearam este estudo, quais sejam: compreender o fenômeno de urbanização; analisar as modificações da estrutura fundiária; analisar a perspectiva dos produtores rurais e dos jovens filhos destes. De posse destes conhecimentos, entende-se ser possível diagnosticar quais as desvantagens que o meio rural estaria oferecendo para que seus moradores migrem para a cidade e, assim poder traçar mecanismos que diminuam o fluxo migratório do campo para a cidade.

Sendo assim, este trabalho pretende contribuir com subsídios para o entendimento da questão agrária e sua influência na dinâmica populacional e econômica do município de Meleiro.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar a conjuntura sócio-econômica do meio rural do município de Meleiro diante da crescente tendência de urbanização.

1.1.2 Objetivos específicos

- a. Compreender os motivos e conseqüências da modificação da estrutura fundiária.
- b. Analisar como ocorreu o processo de urbanização em Meleiro.
- c. Descrever qual a expectativa de futuro do produtor rural.
- d. Compreender qual a perspectiva dos jovens filhos de produtores com relação a sua permanência no meio rural.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para entender as transformações do rural para o urbano que tem acontecido no município de Meleiro faz-se necessária a apresentação de conceituações e históricos relacionados ao setor agropecuário nacional e estadual.

Nessa sessão serão enfatizados os conceitos de agricultura familiar e empresarial, e um breve histórico do desenvolvimento do setor agropecuário do Brasil e de Santa Catarina, em especial, com o advento da modernização após a chamada “Revolução Verde” na década de 1960.

O setor agropecuário tem tido forte influência na economia do Brasil, desde o início de sua ocupação européia no século XVI, tendo atualmente papel fundamental na estabilidade econômica do País.

2.1 A ATIVIDADE AGROPECUÁRIA E SEUS CONCEITOS

A agropecuária é uma área do setor primário responsável pelo cultivo de culturas vegetais permanentes e temporárias, inclusive responsável pela criação de animais para recria ou engorda dos mesmos (EPAGRI/ CEPA, 2010).

Segundo o Levantamento Agropecuário Catarinense (CEPA, 2003, p. 5), a atividade agropecuária é:

No sentido restrito é qualquer trabalho relacionado às explorações agropecuárias. No sentido amplo é o cultivo do solo com culturas permanentes ou temporárias, inclusive hortaliças e flores, criação, recria ou engorda de animais domésticos de grande, médio e pequeno porte (bovinos, suínos, aves, peixes, crustáceos e moluscos), de animais silvestres (como jacarés, avestruzes, perdizes, capivaras, catetos, queixadas e outros), bem como a exploração de matas e florestas (nativas ou plantadas).

É um termo utilizado para abranger duas atividades: agricultura e pecuária. A agricultura é responsável pela produção de vegetais, de alimentos, de fibras, de energia, é matéria-prima para confecções, medicamentos, construções, ferramentas e produtos estéticos. Quem trabalha neste ramo é chamado de agricultor. A pecuária corresponde à ação econômica de conjuntos técnicos usados na produção e/ ou domesticação de animais. Quem trabalha com a pecuária é chamado de produtor pecuarista.

Percebe-se, então, que a agropecuária é responsável não somente pela produção, mas por outros fatores ligados aos anteriores, como pela transformação de seus produtos primários em produtos secundários, atividade a qual se enquadra a agroindústria rural.

2.1.1 A agricultura patronal ou empresarial

A agricultura ou atividade agropecuária patronal ou empresarial é responsável pela produção em larga escala, onde não é somente a família a responsável pela produção. Neste caso há a contratação de empregados para a produção dos cultivos, com predomínio de mão-de-obra contratada e/ ou assalariada.

Para o estudo FAO/ INCRA (1996) o modelo patronal ou empresarial é definido pela completa separação entre gestão e trabalho, organização centralizada, ênfase na especialização, ênfase em práticas agrícolas padronizáveis, trabalho assalariado predominante, tecnologias dirigidas à eliminação das decisões de terreno e de momento, tecnologias voltadas principalmente à redução das necessidades de mão-de-obra e pesada dependência de insumos comprados.

2.1.2 A agricultura familiar

No campo de estudo das ciências sociais, o termo agricultura familiar possui como “sinônimos os termos pequeno produtor, pequeno proprietário e, por vezes camponês” (FERNANDES et al., 2007).

No Brasil, a agricultura familiar começou a ganhar destaque em âmbito social, político e econômico na segunda metade dos anos 1990, quando estudos do Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA possibilitaram uma melhor compreensão da lógica e dinâmica das unidades familiares de produção, assim como dos sistemas produtivos adotados por essas unidades nas diversas regiões do país (EPAGRI/ CEPA, 2010).

A agricultura familiar, como o próprio nome já referencia, é uma atividade onde a família é responsável pela sua produção. Para Mior (2005, p. 65), a agricultura familiar constitui-se “numa estrutura social altamente flexível no que diz respeito a suas formas de organização da produção, podendo chegar aos extremos

da monocultura ou da policultura”.

A característica específica que define a agricultura familiar corresponde ao fato de que todo o grau de mecanização, a área de terras cultivadas ou renda, o insumo básico de trabalho da fazenda familiar, provém dos membros da família (FERNANDES et al., 2007).

Segundo FAO/INCRA (1996), o modelo familiar está intimamente ligado ao trabalho e gestão. A direção do processo produtivo é assegurada diretamente pelos proprietários. Há ênfase na durabilidade dos recursos naturais, na qualidade de vida e na diversificação.

Na agricultura familiar toda e qualquer produção ou produto deve ser obra dos membros da unidade familiar, que também é responsável pelo estabelecimento, gerenciando-o e administrando-o. Segundo Lamarche (1993, apud MIOR, 2005, p. 65), o conceito de agricultura familiar corresponde a “[...] uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família”; confirmando assim sua definição de que a família é quem caracteriza esta atividade.

O inciso II, do art. 4º, do Estatuto da Terra (Lei 4.504/64), define como propriedade familiar o imóvel rural que, direta e pessoalmente é explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, lhes garantido a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente, trabalhando com a ajuda de terceiros (INCRA, 2011).

Para definir o termo agricultura familiar ou produtor familiar descreve-se os preceitos no artigo terceiro da Lei da Agricultura Familiar (LEI N.11.326/2006):

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Pela lei da agricultura familiar fica descrito então, que há uma série de fatores condicionantes à caracterização da agricultura familiar. Um fator interessante é que a área da unidade familiar não pode ser superior a quatro módulos fiscais.

O módulo fiscal é uma unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: tipo de exploração predominante no município; renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada; conceito de propriedade familiar. [...] Serve também de parâmetro para definir os beneficiários do PRONAF (pequenos agricultores de economia familiar, proprietários, meeiros, posseiros, parceiros ou arrendatários de até quatro módulos fiscais) (INCRA, 2011).

O módulo fiscal serve de parâmetro para a classificação do imóvel quanto ao seu tamanho. A classificação de uma pequena propriedade é por uma área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais. Já, a classificação de uma média propriedade é compreendida por uma área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais. E uma grande propriedade é um imóvel rural de área superior a 15 (quinze) módulos fiscais (INCRA, 2011).

O módulo rural foi uma classificação criada pelo Estatuto da Terra (LEI. N. 4.504 de 30/11/64) que diz respeito à medida utilizada para classificar o tamanho máximo de terra que permita o enquadramento da família que a explora como trabalhadores rurais e não empregadores. Cada atividade agrícola tem seu módulo para cada região do país.

O conceito de módulo rural é derivado do conceito de propriedade familiar e, em sendo assim, é uma unidade de medida, expressa em hectares, que busca exprimir a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica dos imóveis rurais e a forma e condições do seu aproveitamento econômico. (INCRA, 2011)

Então, a diferença entre módulo rural e módulo fiscal é que o primeiro é calculado para cada imóvel rural em separado, e sua área reflete o tipo de exploração predominante no imóvel rural, segundo sua região de localização. Já, o segundo, por sua vez, é estabelecido para cada município, e procura refletir a área mediana dos Módulos Rurais dos imóveis rurais do município.

A Lei da Agricultura familiar descreve que se enquadram neste conceito além dos próprios agricultores os:

Silvicultores que atendam a todos os requisitos do Artigo 3º, que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes. Incluem-se os aquicultores que atendam a todos os requisitos do artigo 3º e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até dois hectares ou ocupem até quinhentos metros cúbicos de água. Enquadram-se os extrativistas que atendam aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do artigo 3º e exerçam essa atividade artesanalmente no

meio rural. E, finalmente, incluem-se os pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do artigo 3º e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente. (LEI N. 11.326/ 2006)

Quanto à caracterização por área de uma unidade familiar o estudo do FAO/INCRA de 2000 estabeleceu o limite máximo de 15 módulos médios regionais, incluindo como familiares estabelecimentos com área superior aqueles abrangidos pela Lei da Agricultura Familiar. Outras caracterizações distintas entre a Lei da Agricultura Familiar e do estudo FAO/INCRA são no caso da renda. Segundo a variável decorrente da Lei, a renda predominante deve vir do estabelecimento agropecuário. No estudo FAO/INCRA (2000), o rendimento é apenas um elemento de classificação complementar, no sentido que incide apenas na caracterização dos tipos de agricultores familiares quanto à sua capitalização incluindo, como familiares, estabelecimentos com maior proporção dos rendimentos obtidos fora dele (FRANÇA et al., 2009).

Além destas diferenças outras poderiam ser citadas. Entre elas, as restrições que a Lei da Agricultura Familiar faz às atividades da aquicultura e do extrativismo vegetal. As atividades agropecuárias da agricultura familiar segundo o FAO/INCRA (2000, apud IBGE, 2006) incluiu como familiares os estabelecimentos com atividade aquícola e área dos tanques, lagos e açudes maiores que dois hectares. E também os estabelecimentos com venda de produtos da extração vegetal, superior que a metade do total da receita da atividade agropecuária e contratação de mão de obra para colheita por mais de um mês (FRANÇA et.al., 2009).

2.2 A MODERNIZAÇÃO DA AGROPECUÁRIA NO BRASIL

O crescimento da produção agrícola no Brasil se deu até 1950 a partir da expansão da área cultivada, ou seja, da exploração territorial. Após 1960, o uso de adubos, defensivos químicos e maquinários agrícolas passou a ter impacto no aumento da produção de forma considerável, apoiado pelos objetivos da “Revolução Verde”, a qual incorporou uma inclusão tecnológica à agricultura e à pecuária, mudando a base técnica, resultando numa modernização da agropecuária brasileira (SANTOS, 1986).

A modernização da agropecuária no Brasil teve intervenção direta do Estado, que foi responsável pelo incentivo através do acesso ao crédito, da assistência técnica, da pesquisa e de programas especiais. Esta modernização esteve associada às transformações capitalistas ocorridas no Brasil a partir de 1960, em especial pela intervenção militar (1964 - 1967) no governo presidencial, que estimulou a expansão capitalista no campo. Um dos meios encontrados para atingir o objetivo da expansão do capitalismo no campo foi a criação do Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), com o intuito da modernização da agropecuária através da pesquisa, da política de fertilizantes, da evolução da utilização da mecanização, da irrigação, de programas de sementes, da eletrificação rural e também do desenvolvimento da extensão rural. Outra estratégia do Estado foi criar a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em 1972 (AGUIAR, 1986).

A modernização agropecuária está também diretamente ligada à fase conclusiva da substituição de importações, permitindo a entrada no país de multinacionais produtoras de tratores, fertilizantes, agroquímicos e outros (MARTINE, 1990).

2.2.1 Impactos da modernização da agropecuária brasileira

De diversas maneiras o Estado tentou e ainda tenta motivar o produtor, seja ele agricultor ou pecuarista, para aumentar sua produção e que de uma forma ou de outra também a viabilize. Porém, alguns autores consideram que, quando foi introduzida esta modernização à luz da Revolução Verde ao país, não foram feitos prognósticos de quais as conseqüências que acarretaria tais transformações.

Para Aguiar (1986), todo o pacote tecnológico oferecido ou incorporado ao campo não foi alcançado ou usufruído por todos, o que proporcionou desigualdades no campo. As desigualdades surgidas foram as de ordem social e econômica, gerando também problemas ambientais. A desigualdade social inspirou a divisão de classes e de trabalho, surgindo aqui os grandes e pequenos proprietários de terras, ou ainda, uma distinção entre agricultura familiar e empresarial.

O seletivo caráter dos benefícios do governo tornou a terra uma garantia econômica e condição de acesso ao crédito (AGUIAR, 1986). Quanto mais terra se

possuía, maior era a facilidade de acesso ao crédito, maiores ganhos especulativos e concentração de capital no campo poderiam ser obtidos, desmistificando aqui, o porquê da divisão social e também econômica que a modernização no campo causou.

Entre os anos de 1970 a 1980, a diminuição na participação dos estabelecimentos com até 10 hectares no total da área do país foi de 52,2% para 50,4%, enquanto que foi aumentada a dos estabelecimentos com mais de 1.000 hectares, de 0,7 para 0,9%, notando-se aqui uma apropriação de pequenas propriedades pelos grandes produtores agropecuários. Esses pequenos agricultores perderam suas terras, sua moradia e alimento, pois podiam plantar pelo menos para a subsistência da família (MARTINE, 1990).

Outro problema surgido se relaciona a questão ambiental que se caracterizou pelo desmatamento avançado em florestas, campos nativos e diminuição da biodiversidade do lugar, para assim, conseguir progredir ou aumentar a propriedade, aumentando também seu capital. A poluição dos recursos hídricos e até mesmo do próprio homem foi agravada pela má utilização dos agrotóxicos, que eram utilizados e aplicados sem instrução nenhuma. Cita-se também que em certos casos a má utilização dos solos causou a erosão, salinização e compactação, tornando-os menos produtivos (AGUIAR, 1986).

Para Aguiar (1986), todos os problemas surgidos com a modernização da agricultura poderiam ter sido previstos e tais não teriam necessidade de ter acontecido se tivesse sido oferecida uma capacitação profissional ou ensinamento aos produtores.

Com a mecanização também advinda dos objetivos da modernização no campo ocorreu uma expulsão de pequenos produtores, com a substituição da mão-de-obra pelas máquinas. Essa substituição ocasionou o processo chamado êxodo rural, onde os pequenos agricultores pressionados pelos grandes proprietários vendiam sua propriedade a eles e migravam para áreas urbanas em busca de novas oportunidades (AGUIAR, 1986).

Conforme Portela e Vesentini (1998, p. 10), [...] “o deslocamento de populações do campo para as cidades, é conhecido no Brasil como êxodo rural e tem ocorrido com maior intensidade nas últimas décadas”.

Depois de 1950, a saída de indivíduos ou famílias das áreas rurais em direção aos centros urbanos evoluiu muito no país, envolvendo todos os anos cerca

de milhões de pessoas. Os motivos pelo qual esta migração ocorre é explicada pelo fato do avanço do capitalismo que normalmente produz a mecanização do campo, o que ocasiona desemprego para os trabalhadores “em excesso” e leva o agricultor ou pecuarista ao empobrecimento em função da expansão das grandes propriedades rurais em prejuízo das pequenas. Os pequenos produtores não podem dispor de tratores, colheitadeiras, empréstimos bancários em boas condições, entre outros. Tudo isso leva as famílias do meio rural a saírem em busca de empregos e moradias nas cidades (PORTELA e VESENTINI, 1998).

Afirma Olinger (1991, p.49) que:

Persistindo o modelo de desenvolvimento urbano/ industrial, a tendência continuará sendo a diminuição do número dos pequenos agricultores, a concentração da terra pelos grandes proprietários. Com este processo é gerada a urbanização e a dependência do rural pelo urbano.

Essa é a razão básica, ou estrutural, das migrações rurais para áreas urbanas.

Outro aparente impacto negativo da modernização da agropecuária foi a massificação da monocultura. Como o próprio nome atribui, a monocultura corresponde a produção de uma única espécie dentro de uma propriedade. Esta mudança foi característica da expansão capitalista ao campo e do aumento das extensões das propriedades que começaram a destinar sua produção à exportação e não à subsistência, como os pequenos produtores agropecuários faziam com o policultivo (AGUIAR, 1986).

Segundo Aguiar (1986, apud AGRA e SANTOS, 2010), as conseqüências do crescimento do monocultivo foram:

Já na década de 70, as taxas de crescimento das principais culturas que compõem a cesta básica dos brasileiros foram inferiores à do crescimento populacional. O arroz cresceu 1,5%, o milho 1,7% e, o feijão teve crescimento negativo de -1,9%, enquanto a população cresceu 2,5%; já as lavouras para exportação apresentaram taxas de crescimento, como a soja 22,5%; a laranja 12,6%; a cana-de-açúcar 6,3%. Em decorrência, verificou-se aumento do preço dos alimentos nas cidades, redução do consumo alimentar, agravamento dos índices de subnutrição crônica e de doenças causadas pela fome.

Assim, o sistema de policultivo é enfatizado nas pequenas propriedades familiares rurais e é muito importante para o fornecimento dos alimentos fundamentais a cesta básica do povo brasileiro (IBGE, 2006).

2.3 OS INCENTIVOS GOVERNAMENTAIS PARA A ATIVIDADE AGROPECUÁRIA: ÊNFASE PARA SANTA CATARINA

Em Santa Catarina, o setor agropecuário tem tido expressiva participação no desenvolvimento do Estado. Até 1950 a agropecuária catarinense possuía como característica fundamental a pequena propriedade familiar diversificada. Após esse período sofreu mudanças em sua estrutura social, econômica e técnica marcadas pelos incentivos ou interferências do Estado, a exemplo da tendência nacional.

Após a década de 1950 surgiram alguns incentivos marcantes de apoio e fomento à produção agropecuária em Santa Catarina. Em 1957 foi criada a Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC) com subsídios do governo federal e estadual, da Federação das Associações Rurais e das prefeituras municipais. A ACARESC tinha o objetivo de ensinar o produtor rural a usar corretamente os fatores de produção, ou seja, a conhecer a melhor forma de usufruir da terra, trabalho, capital e tecnologia através de processos educativos. O Banco do Brasil e o Banco de Desenvolvimento do Estado (BADESC) eram os agentes que financiavam aos produtores os recursos necessários a execução dos projetos agropecuários elaborados pela ACARESC. Em 1974 foi criada a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina (EMPASC), a qual agregou as estações experimentais da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) com o objetivo de proceder a inovações e adaptações de tecnologias a agropecuária catarinense (OLINGER, 2000).

Em 1991 foram extintas a ACARESC e a EMPASC dando criação à Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), que passou a coordenar e executar não só as atividades de pesquisa agrícola no Estado, mas também as de extensão rural (SANTOS et. al., 2000). Todas estas mudanças foram instituídas com o objetivo de motivar o crescimento da agropecuária em Santa Catarina e, conseqüentemente, motivar e/ ou incentivar o produtor.

Importante também foi a criação da Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), em 1979, que assumiu a responsabilidade de defesa sanitária animal e vegetal, proporcionando a certificação dos produtos agropecuários e a sua liberação para a exportação. A CIDASC atua no combate a febre aftosa e outras doenças antes adquiridas pelos rebanhos, na fiscalização e

certificação de sementes, na abertura de poços artesianos, na drenagem de várzeas, dentre outras (OLINGER, 1996).

Outro fato marcante para a agropecuária em Santa Catarina foi o advento do Programa PRÓVARZEAS, difundido pela ACARESC, responsável pelo aumento da produtividade do arroz irrigado nas áreas onde já era cultivado o mesmo, ou ainda, a introdução desta cultura ou cultivo nas áreas onde havia esta possibilidade.

O PRÓVARZEAS foi um programa de apoio ao produtor voltado à rizicultura:

Em 1981, foi criado em Minas Gerais, a partir de um trabalho de extensão rural apoiado pela Cooperação Técnica da Alemanha Ocidental (GTZ), o Programa de Aproveitamento de Várzeas (PRÓVARZEAS). Este modo de produção de arroz passou a utilizar novos cultivares, grande quantidade de produtos químicos, forte mecanização e a intensa sistematização do terreno (GAIDZINSKI e FURTADO, 2005, p. 40).

Outro incentivo marcante foi o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) criado para promover o melhoramento da infra-estrutura rural e garantir crédito para a agricultura familiar:

Pressionado pelo Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais e tendo o documento do FAO/ INCRA (1994) como base, o Ministério da Agricultura cria, em 1995, a Secretaria de Desenvolvimento Rural que, posteriormente, articula a criação do PRONAF (MIOR, 2005, p. 164).

O PRONAF foi criado para apoiar a agricultura familiar e possuía vários propósitos. Entre estes propósitos e/ ou objetivos destacavam-se: geração de empregos, condições para o aumento da capacidade de produção, incremento de renda, melhoria de qualidade de vida aos produtores, elevação do nível de profissionalização de agricultores familiares e, conseqüentemente, novos padrões tecnológicos (MIOR, 2005).

Com tantos programas criados para incentivar o produtor, seja ele agricultor ou pecuarista, algumas transformações marcaram a atividade agropecuária catarinense.

2.4 CONTEXTOS DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA EM SANTA CATARINA

Santa Catarina é destaque na produção agropecuária em termos de Brasil. Conforme ICEPA (2002, apud MIOR, 2005), Santa Catarina se destaca por ser o primeiro produtor nacional de carne suína, maçã, alho e mel, o segundo de carne de aves, além de importante produtor de leite, milho, feijão, cebola, arroz e fumo. Na sua maior parte estes produtos são consumidos em outros estados (carne suína, feijão, maçã, arroz, leite) ou são exportados (como é o caso de aves e, em menor grau, carne suína, maçã e fumo). “Estas atividades desenvolveram-se em função dos seus recursos naturais e humanos, tradição e crescimento populacional.” (ACARESC, 1991, p. 01).

Após os anos 1980 a agropecuária catarinense sofreu uma diminuição em número e área de estabelecimentos, explicada pela redução no número de produtores arrendatários, parceiros e ocupantes, conforme dados da EPAGRI/ CEPA (2010). Portanto, predomina no estado a condição de produtor proprietário como é mostrado na Tabela 1.

Tabela 1: Condição do produtor em relação à posse da terra – Santa Catarina - 1970-2006.

Condição	Mil estabelecimentos					
	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Proprietário	171,3	169,4	171,5	182,8	171,5	170,9
Arrendatário	10,8	10	12,8	15,4	12,1	7,1
Parceiro	10,8	10,3	13,3	16,1	6,1	2,2
Ocupante	14,3	16,8	18,6	20,6	13,6	13,5
Total	207,2	206,5	216,2	235	203,3	193,7

Fonte: FRANÇA et al., (2009).

A faixa etária predominante das pessoas responsáveis pelos estabelecimentos rurais era de 45 a 55 anos no ano de 2006, como mostra a Tabela 2. Em Santa Catarina existe um indicativo de dificuldade de encontrar sucessores familiares em muitos estabelecimentos do Estado (EPAGRI/ CEPA, 2010). Segundo MIOR e ZOLDAN (2008) a saída dos jovens do meio rural vem causando o envelhecimento da população rural de Santa Catarina, aumentando a dificuldade da perpetuação das propriedades rurais catarinenses.

Enquanto no passado os filhos de agricultores permaneciam maciçamente na agricultura, hoje rejeitam fortemente uma atividade que lhes parece mal remunerada e penosa, preferindo os horários fixos e as rendas regulares do salário nas cidades (SILVESTRO e TESTA, 2007, p. 76).

Segundo Ferrari et.al. (2007) foi constatado que “no Oeste de Santa Catarina existe uma migração de jovens do meio rural para o meio urbano, e muito mais de moças do que de rapazes.”

Tabela 2: Sexo e idade do dirigente do estabelecimento agropecuário – Santa Catarina - 2006

Idade do dirigente (anos)	Direção por sexo e idade					
	Total	(%)	Homens	(%)	Mulheres	(%)
< 25	3.732	1,9	3.420	1,9	312	2,2
25 < 35	21.816	11,3	20.665	11,5	1.151	8,0
35 < 45	48.898	25,2	46.245	25,8	2.653	18,3
45 < 55	53.497	27,6	49.630	27,7	3.867	26,8
55 < 65	40.595	21,0	37.163	20,7	3.432	23,7
65 e mais	25.125	13,0	22.085	12,4	3.040	21,0
Total	193.663	100	179.208	100	14.455	100

Fonte: FRANÇA et al., (2009)

Ao analisar os dados demonstrados constata-se que existem dificuldades em continuar as sucessões familiares.

As sucessões familiares sob o ângulo econômico, a ausência de sucessores significa o encontro, por parte dos filhos que deixaram o negócio familiar, de oportunidades mais promissoras de geração de renda, na esmagadora maioria dos casos fora do meio rural. (SILVESTRO e ABRAMOVAY, 2001, p. 20 - 21).

A ausência de sucessores é caracterizada, então, pela procura de novas oportunidades no meio urbano. Silvestro e Abramovay (2001), citando outros autores informam que a sucessão familiar pode ser marcada por três componentes: a transferência patrimonial, a continuação da atividade profissional paterna e a retirada das gerações mais velhas do comando sobre o negócio.

A saída dos jovens comentada pode ser conceituada como o fenômeno chamado de êxodo rural, que é explicado pela própria modernização e/ ou mecanização do campo que expulsou as pessoas com condições financeiras desfavoráveis a esta transformação para outras áreas. Outro fato motivador deste fenômeno pode ser explicado pela alusão ao bem-estar oferecido no meio urbano,

de sua infra-estrutura e oportunidades de emprego no mercado de trabalho com remuneração mensal e garantida. Em contraste, na agropecuária não funciona desta forma, pois, a remuneração depende do clima e do mercado consumidor.

Como qualquer outra atividade que envolva mercados consumidores amplos a agropecuária sofre com as mudanças e interligações em diferentes escalas, sejam elas locais, regionais, estaduais, nacionais e/ ou mundiais, transformações estas que são influenciadas diretamente pela globalização (MIOR, 2005).

Outro fato que faz a atividade agropecuária possuir significado importante no contexto estadual é que 52% dos 293 municípios possuem-na como principal atividade econômica (ZOLDAN, 2006).

2.5 O URBANO E A CIDADE

A cidade é o resultado da ação antrópica no meio físico que constitui o espaço urbano. “Estas relações e interações lhe dão forma e conteúdo.” (CARLOS, 2007, p. 19), que resultam no espaço urbano. Neste contexto é preciso fazer a diferenciação entre os termos “cidade” e “urbano”. Para Santos (2002), a cidade é a parte física deste espaço ou construída e o urbano são as relações entre as suas partes, ou a imaterialidade.

Também para Beaujer (1997, p. 31), o espaço urbano é a “projeção de uma sociedade num quadro físico, ou seja, a relação com os bens naturais”. Este espaço é criado a partir da influência do homem no meio.

No Brasil adota-se o critério político-administrativo e considera-se urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila). Segundo o IBGE (1999), é considerada área urbanizada toda área de vila ou de cidade, legalmente definida como urbana e caracterizada por construções, arruamentos e intensa ocupação humana; as áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano, e aquelas reservadas à expansão urbana.

Roncayolo (1986, p. 397), cita que “a noção de cidade implica a aglomeração de toda uma população [...] a concentração do *habitat* e das atividades.” Por significar a aglomeração de pessoas é ao que se concentra a produção da força de trabalho. E devido ao fato da população estar concentrada nas

cidades que a produção da força de trabalho acontece, pois a população constitui essa força de trabalho.

Para Sposito (2006, p. 25), “um alto nível de produção e produtividade, técnica e cultura são requisitos para a sociedade urbana”, ou seja, estas são características do meio urbano e que por vezes “pode representar melhor qualidade de vida, incluindo melhor qualidade nas relações humanas.” (SPOSITO, 2006, p. 25).

Os mais conhecidos dentre os elementos do sistema urbano são:

[...] os elementos do sistema de valores, indicamos os lazeres ao modo urbano (danças, canções), os costumes, a rápida ação das modas que vem da cidade. E também as preocupações com a segurança [...]. Geralmente a juventude, grupo etário, contribui ativamente para essa rápida assimilação das coisas e representações oriundas das cidades (LEFEBVRE, 1969, apud SPOSITO, 2006, p. 21).

Assim, a cidade e o urbano podem representar alusões para atração de pessoas interessadas a migrar em busca de tais condições, que não são encontradas no meio rural.

2.6 O MEIO RURAL

O meio rural muitas vezes é definido pelo arbítrio dos poderes públicos municipais, nos quais as conseqüências fiscais da definição acabam sendo mais importantes que seus aspectos geográficos, sociais, econômicos ou culturais. Assim, o conceito ao qual é definido o meio rural é que a base do conceito é a dimensão econômica. O rural se caracteriza por um determinado tipo de atividade: “a produção de alimentos através da criação de plantas e de animais, em que estão vinculados todos os outros traços que caracterizariam o rural, como a diferença ambiental, já que no rural o contato com a natureza é direto e constante, e a atividade econômica é realizada ao ar livre.” (SIQUEIRA e OSÓRIO, 2000).

Já, para Abramovay (2003), o conceito de rural é definido pela aglomeração de pessoas, onde no meio rural existe uma ocupação populacional menos densa e no meio urbano uma ocupação aglomerada; ou ainda pelo peso econômico ocupado pela mão-de-obra na agricultura. A interação entre os indivíduos no mundo rural, devido à restrição do tamanho do grupo, é mais direta e concreta.

Para Fernandes et al. (2002), a definição de meio rural se dá através dos principais critérios tradicionalmente empregados: discriminação a partir de um determinado patamar populacional; a predominância da atividade agrícola; delimitação político-administrativa.

Recentemente tem aumentado o contraste entre estas duas realidades na medida em que a imagem do rural como próximo à natureza passa a desempenhar um papel cada vez mais importante nas representações da sociedade moderna, opondo-se ao artificialismo da vida urbana (KAYSER, 1990).

Portanto, há de se considerar que existem diferenças entre o rural e o urbano dentro de um território e que podem ser identificáveis conforme as suas especificidades.

As diferenças fundamentais identificadas por eles entre estes dois meios sociais se referem a características de ordem econômica, espacial, social e cultural, consideradas a partir de oito traços: (1) diferenças ocupacionais ou principais atividades em que se concentra a população economicamente ativa; (2) diferenças ambientais, estando a área rural mais dependente da natureza; (3) diferenças no tamanho das populações; (4) diferenças na densidade populacional; (5) diferenças na homogeneidade e na heterogeneidade das populações; (6) diferenças na diferenciação, estratificação e complexidade social; (7) diferenças na mobilidade social e (8) diferenças na direção da migração. (Sorokin e Zimmermann, 1986 apud MARQUES, 2002, p. 100).

Analisando o autor acima, a principal diferença entre o rural e o urbano seria a povoação em menor aglomeração no meio rural e, também, no último há um maior contato com a natureza ou meio ambiente.

2.7 URBANIZAÇÃO

A definição mais comumente ligada ao termo urbanização refere-se a esta como sendo o crescimento do número de cidades e o aumento da população urbana. Confirmando esta afirmação, vem a definição de Souza (1996, p. 5), segundo a qual “a urbanização, considerada em seu sentido quantitativo, é o aumento do percentual de população vivendo em espaços urbanos, bem como o crescimento destes”.

Na publicação do IPEA/IBGE/UNICAMP/IE/NESUR (2001, apud MANIÇOBA, 2006, p. 77), o processo de urbanização é caracterizado como a transição de uma sociedade rural para uma sociedade urbana e ao mesmo tempo coloca-se que, para se medir esse processo, é necessário em primeiro lugar avaliar

o efetivo da população urbana e sua evolução no decorrer do tempo.

Assim, a urbanização resulta fundamentalmente do deslocamento de pessoas do meio rural (campo) para o meio urbano (cidade). Assim, a idéia de urbanização está associada à concentração de muitas pessoas em um espaço restrito (a cidade) e na substituição das atividades primárias (agropecuária) por atividades secundárias (indústrias) e terciárias (serviços). Entretanto, por se tratar de um processo, costuma-se conceituar urbanização como sendo "o aumento da população urbana em relação à população rural", e nesse sentido só ocorre urbanização quando o percentual de aumento da população urbana é superior a da população rural.

A urbanização é um processo que aumenta cada vez mais, tanto nas escalas mundiais, nacionais ou locais. A respeito dessa tendência de aumento cada vez maior da urbanização, cabe citar as observações de Veiga (2004, apud MANIÇÓBA, 2006, p. 78), que "refuta a idéia da urbanização completa da sociedade que levaria ao desaparecimento do rural."

2.7.1 Urbanização no Mundo

A urbanização é um fenômeno que acontece em todas as escalas territoriais como já mencionado. Em escala mundial, o percentual de população urbana ultrapassou a rural no ano de 2010, conforme mostra a Figura 2. Na mesma figura 2 é possível constatar que a parcela de população urbana continuará aumentando em comparação à população rural, conforme as projeções feitas até o ano 2050, em que os dados das projeções estão sinalizados com um asterisco. No ano de 2050 a estimativa é de 6.398.291 de população urbana e de 2.792.995 de população rural, isto é, as cidades terão duas vezes mais habitantes do que o meio rural.

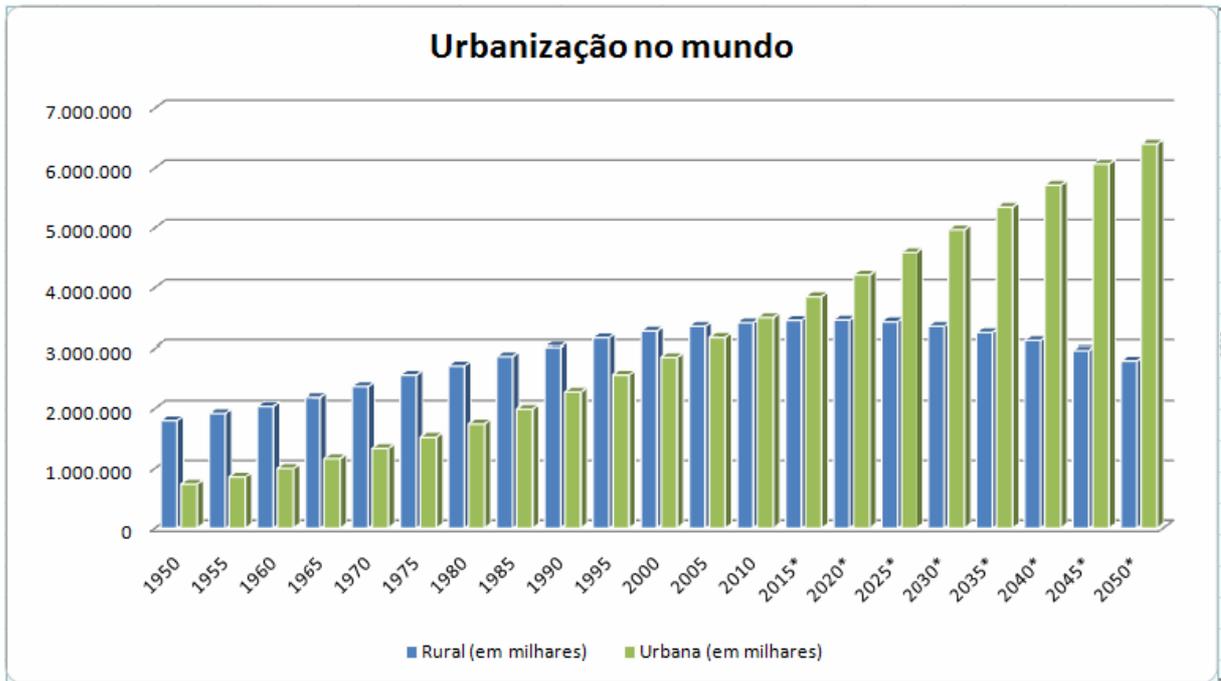


Figura 1: Estimativa da urbanização no mundo baseado no período compreendido entre 1950 a 2010, até 2050.

Fonte: ONU (2011).

2.7.2 Urbanização no Brasil

No caso da urbanização brasileira, mesmo que tardia e não tão expressiva quanto à ocorrida nos países desenvolvidos, também houve a intensificação da industrialização, assim como a modernização do campo, como fator que contribuiu para seu aumento (MANIÇOBA, 2006).

Conforme ressalta Santos (2005, p.19), “durante séculos o Brasil como um todo é um país agrário [...]”. Os anos entre 1500 e 1720, como destaca Santos (2005), correspondeu a um período denominado por Nestor Goulart Reis de “primórdios da urbanização”. Nele, várias vilas e cidades foram sendo criadas formando o início da rede urbana brasileira. Contudo, conforme destaca ainda esse autor, é somente a partir do século XVIII que a urbanização se desenvolve vindo a atingir o auge apenas no século XIX.

A fase da industrialização pesada no país foi motivada pelos recursos destinados ao setor de energia e transporte previstos no Plano de Metas do Governo de Juscelino Kubitschek e pelo capital estrangeiro. Graças a esses recursos, a partir da década de 1950, há grande crescimento na indústria de bens de produção, que refletiu principalmente nos setores siderúrgico e metalúrgico (automóveis), químico e da construção naval (MANIÇOBA, 2006).

A partir da década de 1960, com o impulso dado pela intensificação da industrialização, começa a ocorrer uma inversão na quantidade de pessoas residentes na área urbana e rural. Conforme dados dos Censos Demográficos do IBGE, em 1960 a proporção da população urbana (de 45,1%) se aproxima da rural (que era de 54,9%) e, na década seguinte, os números da população urbana saltam para 56%, ultrapassando a rural, que ficou em 44% (Tabela 3). Na década de 1970 o Brasil já era predominantemente urbano. A urbanização regional diferencia-se da nacional. Em algumas regiões a urbanização começou mais tarde; porém, atualmente o Brasil e todas as suas regiões são urbanizados.

Tabela 3: Percentual da população nos censos demográficos por situação dos domicílios 1950 – 2000.

Brasil e Região Geográfica	Situação do domicílio	Ano					
		1950	1960	1970	1980	1990	2000
Brasil	Urbana	36,2	45,1	56	67,7	75,5	81,2
	Rural	63,8	54,9	44	32,3	24,5	18,8
Norte	Urbana	29,6	35,5	42,6	50,2	57,8	69,8
	Rural	70,4	64,5	57,4	49,8	42,2	30,2
Nordeste	Urbana	26,4	34,2	41,8	50,7	60,6	69
	Rural	73,6	65,8	58,2	49,3	39,4	31
Sudeste	Urbana	47,5	57,4	72,8	82,8	88	90,5
	Rural	52,5	42,6	27,2	17,2	12	9,5
Sul	Urbana	29,5	37,6	44,6	62,7	74,1	80,9
	Rural	70,5	62,4	55,4	37,3	25,9	19,1
Centro - Oeste	Urbana	25,9	37,2	50,9	70,7	25,9	86,7
	Rural	74,1	62,8	49,1	29,3	18,7	13,3

Fonte: IBGE (2000).

A década de 1980 é caracterizada pela urbanização nacional, neste período todo o território nacional foi considerado urbanizado. Afirma MANIÇOBA (2006, p. 91) que:

Os fatores que contribuíram para o aumento da urbanização destacam-se a industrialização, o crescimento natural da população, a mecanização da agricultura (e mudanças nas relações de trabalho na agropecuária) e a busca por melhores condições de vida (mais acesso à saúde, educação, emprego).

Assim, a urbanização ocorreu pela modernização da agropecuária (Revolução Verde), que expulsou muitos produtores do meio rural para o meio urbano e juntamente com este fator está associado a industrialização, que começou a empregar vários trabalhadores agropecuários, a qual necessitava de mão-de-obra

que no meio rural era oferecido.

Existe uma estimativa feita pela ONU (2011) da tendência de urbanização para o Brasil até 2050 (as projeções estão sinalizadas com um asterisco) que pode ser analisada na Figura 3. Nela pode-se perceber que a tendência de urbanização começou em 1970, ano em que a Revolução Verde já estava se consolidando no meio rural. A tendência de urbanização é aumentar cada vez mais ao longo dos anos, até a uma quase extinção da população rural. Em 2050, estima-se que a população urbana brasileira seja de 93,6% contra apenas 6,4% da população rural (Figura 3).

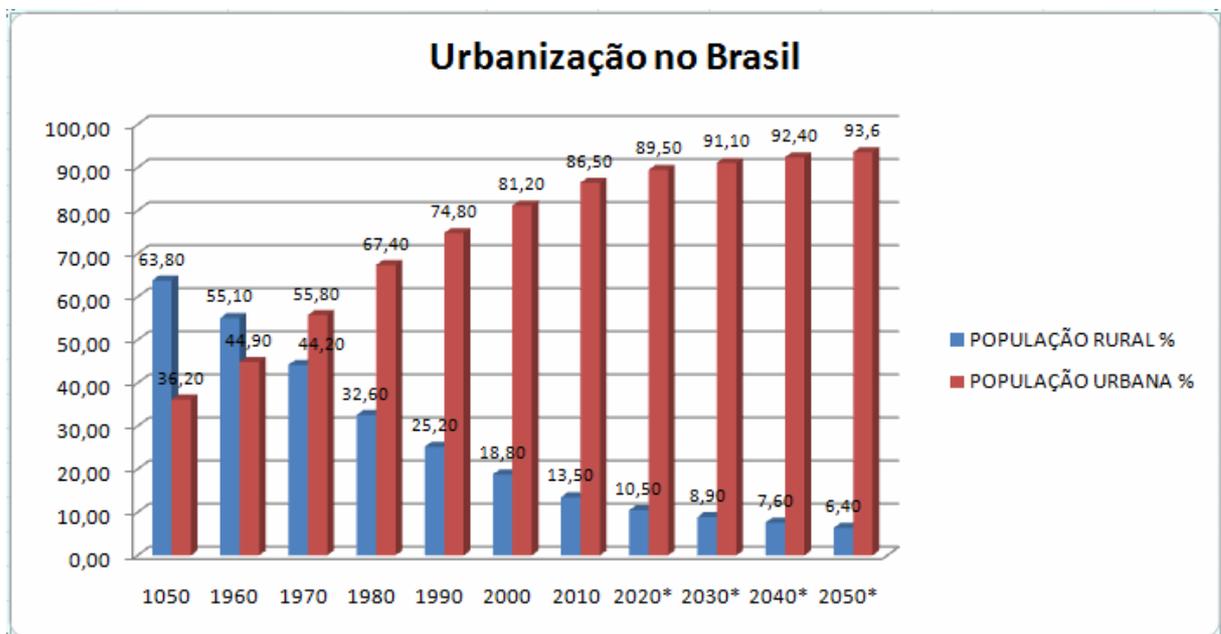


Figura 2: Estimativa da urbanização no Brasil baseado no período compreendido entre 1950 a 2010, até 2050.

Fonte: ONU (2011).

3 METODOLOGIA

Para atingir os objetivos propostos utilizou-se da pesquisa bibliográfica e da pesquisa de campo. No primeiro momento foi utilizada a pesquisa bibliográfica para obter dados populacionais e econômicos de Meleiro. Estes dados referiam-se a evolução da população e a modificação da estrutura fundiária. Esta pesquisa bibliográfica foi obtida do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina.

Posteriormente, para compreender os dados bibliográficos utilizou-se da pesquisa de campo, de ordem qualitativa e quantitativa. Ou seja, preocupou-se em obter dados que demonstrassem maior qualidade a análise dos objetivos e que estes fossem quantificados. Usou-se da pesquisa de campo para compreender os motivos que levaram ou levam a urbanização do município, para identificar as causas da modificação da estrutura fundiária, como também, suas conseqüências. Utilizou-se dela, novamente, para analisar qual a perspectiva dos produtores agropecuários e dos jovens em idade escolar. A análise estatística dos dados envolveu o cálculo de médias e de percentuais relativos ao total.

Na pesquisa de campo utilizou-se de dois métodos de questionário. O primeiro foi da realização de entrevistas com pessoas residentes em Meleiro. As pessoas entrevistadas foram: o Engenheiro Agrônomo Rogério Antonio Casagrande, o Técnico Agrícola Nei Zeni da EPAGRI de Meleiro, a extensionista rural Anadilse Gonçalves da EPAGRI, também de Meleiro, o fumicultor José Vianey Piazza, o fumicultor Amarildo Biz, o rizicultor Dimas Dordete e o rizicultor Douglas Scardueli. Os objetivos da pesquisa estão relacionados com a análise da tendência de urbanização, a modificação da estrutura fundiária e a perspectiva dos produtores agropecuários.

Já o outro método utilizado foi a aplicação de questionários com 49 alunos do ensino médio de turnos distintos da escola estadual de ensino público do município. Esta é a única escola de ensino médio regular do município e com isso, não houve distinção de classe social e nem de local residencial, se rural ou urbano, entre os alunos questionados. Os alunos responderam perguntas descritivas que qualificaram e quantificaram sua perspectiva de permanência na área rural.

Os dados da pesquisa de campo foram analisados e sistematizados e, então, apresentados em forma de gráficos e discussões.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Esta sessão procura apresentar e discutir sobre os dados levantados na pesquisa bibliográfica e na aplicação dos dois tipos de questionários.

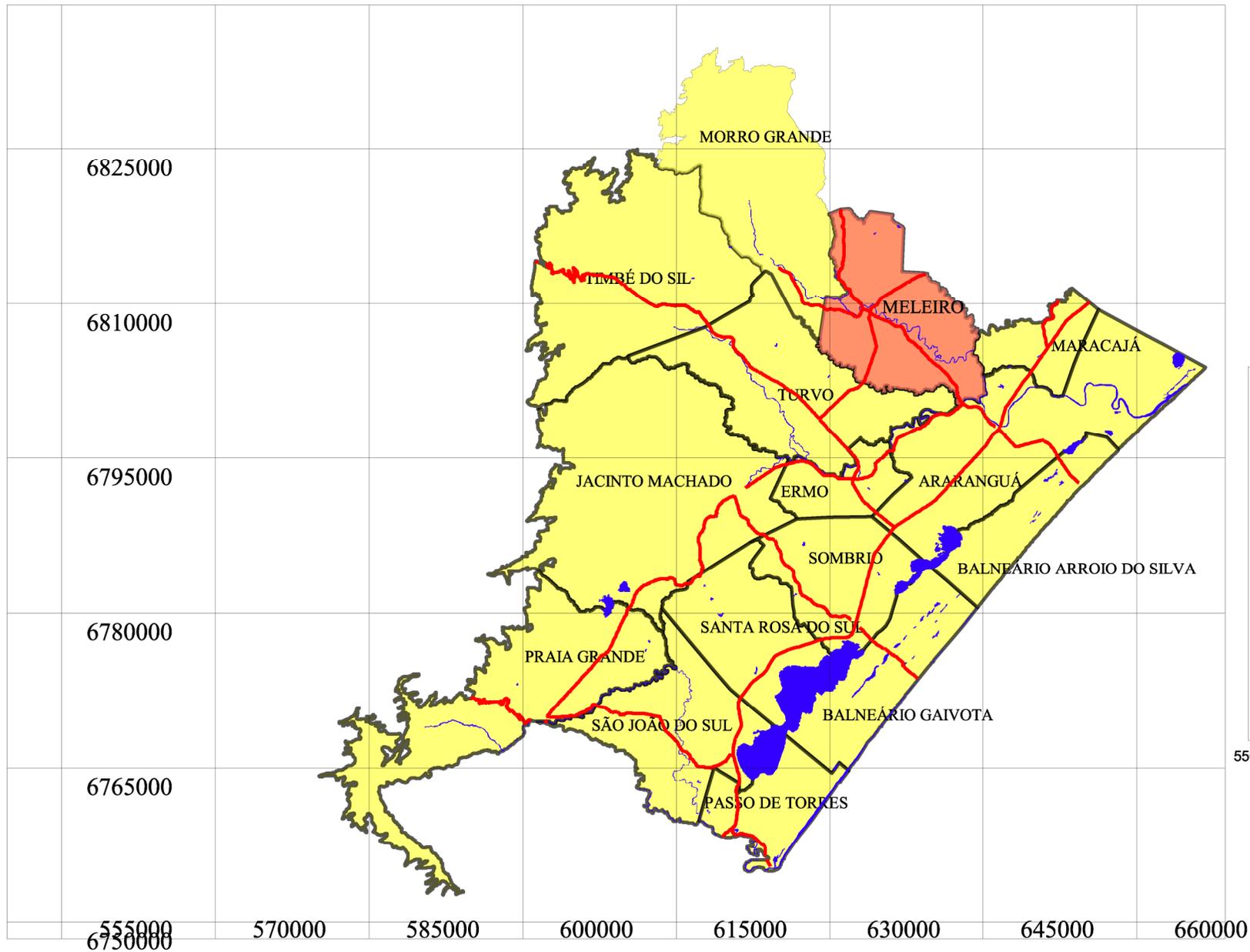
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Para compreender quais são as características do município de Meleiro, serão apresentados dados referentes à localização, aos aspectos humanos, sociais, econômicos, políticos e físicos.

4.1.1 Localização

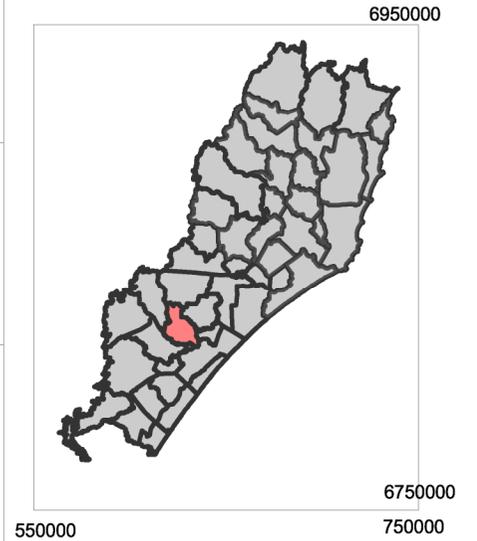
O Município de Meleiro está localizado na Mesorregião Sul Catarinense e dentro desta, na Microrregião homogênea de Araranguá, pertencendo a Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (AMESC), como apresentado na Figura 3. Esta a uma distância de 218 quilômetros da capital Florianópolis. Limita-se com os seguintes municípios: ao norte, Nova Veneza; a nordeste, Forquilha; ao leste, Maracajá; a sudeste, Araranguá; ao sul, Turvo; ao oeste, Morro Grande. O município possui uma área de 186, 619 Km², distribuídos entre o distrito-sede do município e o distrito criado por lei municipal (Sapiranga).

FIGURA 4 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MELEIRO

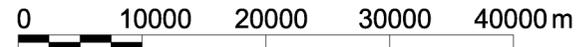


Legenda:

- Meleiro
- Microrregião de Araranguá
- Rodovias
- Curso D' água
- Lago ou Açude



Fonte: CODESC, 2009
Autor: Michelli Piazza, 2011
 Tayse Nicoladelli, 2011



4.1.2 Ocupação humana

As terras que compõem hoje o município de Meleiro eram o corredor de ligação entre o litoral praiano e o planalto serrano catarinense, ainda nos tempos do Brasil Colônia. Antes mesmo que se fixassem as primeiras famílias, já trafegavam os tropeiros que transportavam mercadorias e faziam trocas com a população da velha Campina, hoje Araranguá.

Por volta de 1892 fixaram-se as duas primeiras famílias: Rocha e Macedo. Mais tarde, começaram a chegar os primeiros imigrantes italianos das famílias Rosso, Mezzari e Piazza. Estas primeiras famílias de colonizadores chamaram ao lugar de Meleiro, devido ao fato de que em uma encosta, que ficou conhecida como Morrinho da Igreja, havia grande quantidade de abelheiras, que conseqüentemente, era encontrado em abundância o produto das abelhas, o mel (SANTA CATARINA, 2007).

Os imigrantes italianos foram os responsáveis pelo desenvolvimento de Meleiro e se dedicaram à agricultura e à pecuária. Foram eles que construíram a primeira capela, as primeiras casas comerciais, as primeiras serrarias e as atafonas (SANTA CATARINA, 2007).

De uma forma geral, a cultura da população conserva as tradições trazidas pelos colonizadores. Destacando ter uma preocupação com os valores sociais, econômicos, evidenciados pela valorização da posse da terra, devido à grande preocupação agrícola que se passa de geração para geração (SANTA CATARINA, 2007).

4.1.3 Aspectos políticos

O município de Meleiro primeiramente pertencia ao município de Campinas do Sul, hoje chamado Araranguá. Com o crescimento da população, transformou-se em Distrito, pela lei nº 237 de 10 de janeiro de 1925. A instalação solene ocorreu em 1º de Janeiro de 1926. Em 31 de março de 1938, através da Lei nº 86, o distrito de Meleiro foi elevado à categoria de Vila. Já, em 23 de julho de 1958, pela lei nº 348, a vila de Meleiro conquista sua autonomia política, tornando-se o município de Meleiro. Porém, devido a problemas políticos e judiciais, o novo

município perde sua autonomia e passa a pertencer ao município de Turvo (SANTA CATARINA, 2007).

Em 27 de novembro de 1961, com a publicação da Lei nº 773, Meleiro conquista definitivamente sua emancipação, sendo que a instalação solene ocorreu em 20 de Dezembro de 1961. O primeiro prefeito eleito foi Luiz de Pelegrini, em 07 de outubro de 1962 (SANTA CATARINA, 2007).

Quando Meleiro emancipou-se levou consigo o Distrito de Morro Grande, que anos mais tarde, também, conseguiu autonomia política. A data de emancipação de Morro Grande foi 30 de março de 1992, instituído pela lei nº 8.559.

Então, ao analisar o território do município de Meleiro deve-se levar em consideração o ano de emancipação do antigo distrito de Morro Grande.

4.1.4 Aspectos físicos

O clima do município de Meleiro é do tipo Cfa, segundo Köeppen, (PANDOLFO et. al., 2002), ou seja, clima subtropical constantemente úmido, sem estação seca, com verão quente (temperatura média do mês mais quente > 22,0° C). A temperatura média anual varia de 17°C a 19,3°C. A precipitação pluviométrica total anual pode variar de 1.220 mm a 1.660 mm, com o total anual de dias de chuva entre 102 a 150 dias. A umidade relativa do ar pode variar de 81,4 a 82,2% (PANDOLFO et. al., 2002).

O tipo de solo predominante do município é classificado como gleissolos, ou seja, é um tipo de solo onde a camada superficial contém matéria orgânica e as suas camadas mais profundas possuem cores acinzentadas ou azuladas, devido ao excesso de água nele. Possui uma textura argilosa e boa fertilidade, ocorrendo em relevos suaves (SANTA CATARINA, 2009).

Então, se enquadra na geomorfologia do município que é classificada por pertencer à planície costeira (SANTA CATARINA, 2009).

Essa planície margeia todo o leste do Estado ao longo do Oceano Atlântico. Do extremo sul do Estado até a cidade de Laguna se apresenta muito larga, daí vai se estreitando para o norte, quando muitos morros chegam até o litoral. Nesse compartimento aparecem muitas formas de relevo, [...] onde os morros alcançam o litoral [...] (SANTA CATARINA, 2009 p. 04).

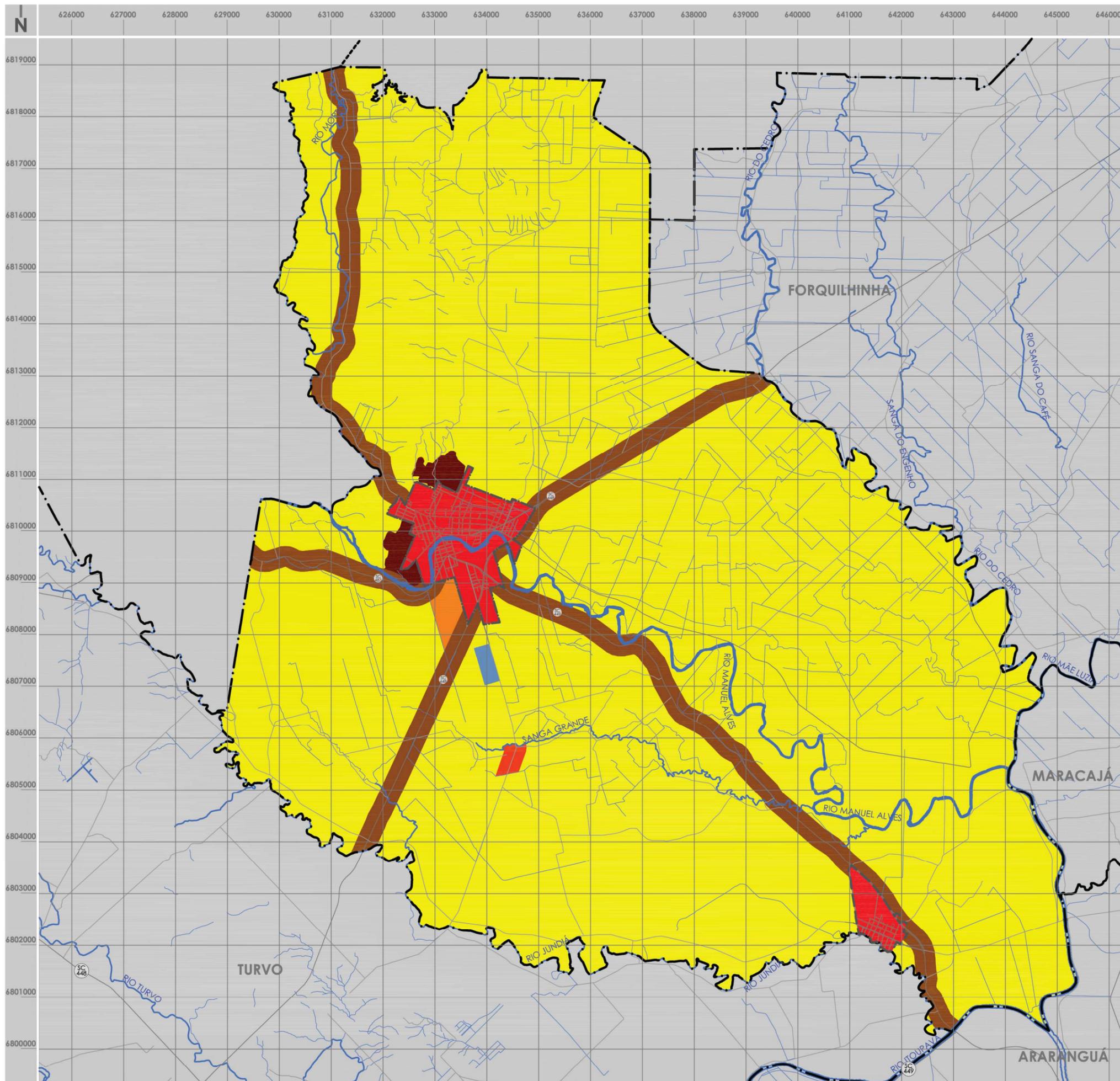
A vegetação predominante no município é caracterizada pela “Floresta Tropical do Litoral e Encosta Centro-Sul, com predominância de canela-preta (*Ocotea catharinensis*) [...] e palmitreiro (*Euterpe edulis*)” (PANDOLFO, BRAGA e SILVA, 2002). Também existe a Floresta Tropical Meridional nas Encostas da Serra Geral, com o baguaçu, aguái, peroba, e o palmitreiro. Outro tipo de vegetação encontrada é a Floresta Tropical das Planícies Quaternárias do Sul, com predominância de “ipê-amarelo (*Tabebuia alba*), figueira-de-folha miúda (*Ficus organensis*), coqueiro (*Arecastrum romanzoffianum*), araçazeiro (*Marlierea parviflora*) [...]” (PANDOLFO, BRAGA e SILVA, 2002).

O município situa-se na bacia hidrográfica do Rio Araranguá, e tem como principal curso d’água o Rio Manuel Alves. É este rio que dá suporte e propicia várias atividades econômicas, como a rizicultura e as atividades industriais.

4.2 MODIFICAÇÕES DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Para entender de que forma se constitui a estrutura fundiária das atividades agropecuárias do meio rural do município de Meleiro foram levantados dados da Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina referentes ao período de 1990 a 2008. Neste meio tempo houve o desmembramento do então distrito de Morro Grande, que foi emancipado no ano de 1992. Neste caso serão analisadas as características das atividades agropecuárias a partir do ano de 1993. Os gráficos foram feitos a partir do ano de 1990 para ser compreendida a evolução da estrutura fundiária de Meleiro antes, durante e após a emancipação de Morro Grande, cujos dados estão nos anexos deste trabalho. O zoneamento da área de abrangência do meio rural dentro do zoneamento municipal está localizado na figura 4.

Para abranger a agropecuária existem vários ramos dentro dela que constroem um conjunto de atividades. Para classificar quais são estes ramos da agropecuária será usado o conceito do IBGE (2006), que inclui a agricultura, a pecuária, o extrativismo vegetal e a silvicultura.



BASE CARTOGRÁFICA

- LIMITE MUNICIPAL
- PERÍMETRO URBANO - SEDE
- PERÍMETRO URBANO - DISTRITO
- RODOVIAS
- ESTRADAS
- ARRUAMENTO
- PONTES, VIADUTOS E ELEVADOS
- RIOS PRINCIPAIS
- RIOS SECUNDÁRIOS E CORPOS D'ÁGUA
- AÇUDES, LAGOAS, LAGOS E TANQUES

— FONTE: ENGEMAP (2008)

LEGENDA

- ZUA - ZONA DE USO AGROSSILVIPASTORIL
- ZURB - ZONA DE USO URBANO
- ZURB REIE - ZONA DE USO URBANO, REGIÃO ENTORNO IMEDIATO DE EXPANSÃO
- ZURB REIR - ZONA DE USO URBANO, REGIÃO ENTORNO IMEDIATO DE RESTRIÇÃO
- ZUE - ZONA DE URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA
- ZUEI - ZONA DE USO ESPECIAL INDUSTRIAL
- ZUER - ZONA DE USO ESPECIAL DAS RODOVIAS ESTADUAIS

— FONTE: CONSÓRCIO HARDT-ENGEMIN (2009)

0 500 1000 2.000m

ESCALA: 1:75.000

Figura 5:
MACROZONEAMENTO DE MELEIRO

Fonte: CODESC, 2009
PMM, 2011

Adaptado por: Michelli Cadornin Piazza

As atividades agropecuárias ligadas à agricultura, correspondente as lavouras temporárias foram as atividades que mais sofreram mudanças (Figura 6). Estas mudanças foram marcadas pela introdução de um projeto que modificou o modo de plantio de uma destas atividades. Desde 1993 os cultivos do feijão, da mandioca e do milho decresceram em área produzida (Anexo A e B). Somente o cultivo do arroz e a cana-de-açúcar mantiveram sua área de produção (Anexo A e B).

Analisando os anos pesquisados percebe-se que na lavoura temporária a que mais diminuiu em área plantada foi o cultivo do feijão, em uma proporção de 865 hectares plantados a menos do que o primeiro ano pesquisado, ou seja, do ano de 1993 a 2008. Em segundo lugar na questão de diminuição de área plantada está a fumiicultura (Anexo B), com decréscimo de 491 hectares e, em terceiro lugar está o cultivo do milho, diminuindo 250 hectares no mesmo período. Esse decréscimo pode estar ligado diretamente com o fato de que a rizicultura expandiu muito sua área de plantio. Essa expansão corresponde a um total de 3.600 hectares plantados a mais do que no primeiro ano pesquisado (Figura 5).

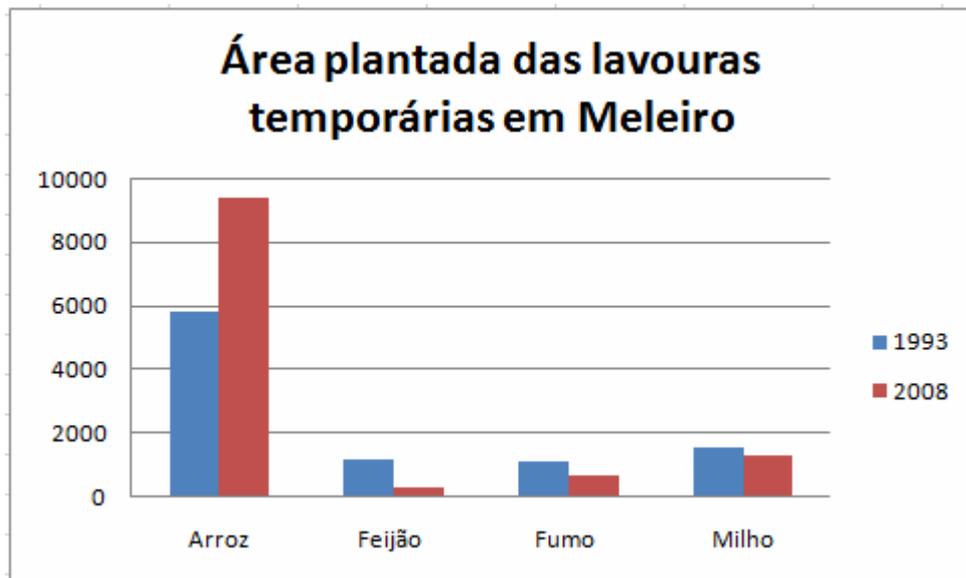


Figura 5: Estrutura das atividades agropecuárias (lavouras temporárias).
Fonte: Secretaria de Planejamento do Estado (2011)

Desde o início da colonização é que a atividade rizícola é bastante desenvolvida no município. Entretanto, ganhou maior relevância quando foi implantado o Projeto PRÓVARZEAS, que foi criado em 1981 com o propósito de alavancar a produção de arroz irrigado. Com este projeto iniciaram-se a utilização de

mecanização, produtos químicos e sistematização do terreno, isto é, os terrenos foram adaptados para o plantio do arroz (GAIDZINSKI e FURTADO, 2005).

A partir de 1984, com grande parte das lavouras já adaptadas ao Projeto PRÓVARZEAS, aumentou a quantidade de arroz produzido em Meleiro que passou de 17.000 toneladas em 1981 para 26.000 toneladas em 1985.

O aumento da produção está ligado à expansão em área plantada que se mantém em constante crescimento até 1993, quando ocorre uma diminuição de 3.200 (três mil e duzentos) hectares em decorrência da emancipação do distrito de Morro Grande (GAIDZINSKI e FURTADO, 2005).

Já, no ano de 1995, há um aumento significativo da área cultivada com arroz em função da inclusão das comunidades de Rio Morto, Sanga da Areia e Morro do Bodoque que pertenciam à Nova Veneza (GAIDZINSKI e FURTADO, 2005). Este fato explica a evolução da estrutura agrária do cultivo do arroz no município, que sofreu uma diminuição quando o distrito de Morro Grande emancipou-se e um acréscimo na área cultivada devido o aumento de seu território, posteriormente.

Após a implantação do PROVÁRZEAS os territórios destinados a vários cultivos, inclusive os permanentes, foram sendo aplainados para cultivar o arroz irrigado (GAIDZINSKI e FURTADO, 2005), a tal ponto que o arroz chega a ser cultivado mesmo dentro do perímetro urbano (Figura 6). Por isso, grande parte do terreno que era destinado ao cultivo das lavouras que decrescem ao longo dos anos pesquisados, foi sendo substituído para plantar a atividade agropecuária que se tornou um fator econômico do município: o arroz irrigado.

O arroz irrigado cultivado em Meleiro possui grande importância na escala municipal, pois ele gera outros tipos de mercado de trabalho à população. Tornou-se importante depois da monocultura do arroz pelos agricultores e quando a população e até mesmo o município começaram a gerar outras fontes de renda com ele. Atualmente, o município produz 1.410.000 sacas de arroz, existindo a partir dele várias indústrias de beneficiamento que geram empregos para os habitantes do próprio município e para habitantes de municípios próximos.



Figura 6: Imagem aérea de 2005 que demonstra as áreas de cultivo do arroz dentro da cidade de Meleiro.
Nota: As áreas onde é cultivado o arroz se destacam pela cor verde claro.
Fonte: Prefeitura Municipal de Meleiro.

Além das atividades agropecuárias pertencentes à lavoura temporária cabe ressaltar as lavouras permanentes (Anexo C). Atualmente a única lavoura permanente cultivada no município é a bananicultura (Anexo C) que, como as lavouras temporárias, sofreu decréscimo em área plantada passando de 100 para 75 hectares plantados. A outra e única atividade permanente, além da bananicultura, que já foi cultivada no município foi o maracujá (Anexo C) que produziu somente nos anos compreendidos entre 1996 a 2003, com pico de área plantada em 1999 quando atingiu um total de 15 hectares.

No ramo da pecuária a atividade que mais se destaca na questão de acréscimo da quantidade de cabeças foi o de galos, frangos, frangas e pintos (Anexo G), que aumentou em 439.400 cabeças em relação ao primeiro ano de estudo. Em segundo lugar na questão de acréscimo do número de cabeças foi o de galinhas (Anexo F).

Percebe-se que no ramo da avicultura houve um crescimento na quantidade de cabeças produzidas. Este acréscimo ocorreu principalmente pelos incentivos das várias indústrias de abates de aves que se localizam nos municípios vizinhos a Meleiro. Quando entrevistado, o Técnico Agrícola Nei Zeni, do escritório municipal da EPAGRI, citou que uma das empresas que mais atrai os produtores rurais para iniciar a atividade avícola é a indústria TRAMONTO Alimentos. Esta empresa começou as atividades operacionais em 2007, o que coincide na data de crescimento da produção de aves em Meleiro.

Assim, conseqüentemente, o produto de origem animal que mais aumentou no município foi a produção de ovos de galinha (Anexo H). Ainda sobre a produção de origem animal um dado interessante sobre a pecuária foi que a produção de leite diminuiu mesmo com tantos incentivos do município para os produtores (Anexo H). A forma de incentivar o produtor de gado leiteiro foi criar uma associação denominada Colméia Branca. Porém, como cita a Extensionista Rural Anadilse Gonçalves, da EPAGRI local, “esta foi uma idéia a qual não rendeu muitos resultados, pois os produtores agropecuários de Meleiro possuem uma cabeça fechada para o associativismo, acham que isso não dá certo e preferem ser individualistas”.

Em terceiro lugar, o efetivo do rebanho de bovinos soma um acréscimo no número de cabeças, alcançando um total de 355 a mais do que no primeiro ano em pesquisa, isto é, o ano de 1993 (Anexo E).

No município o rebanho de suínos, efetivou um decréscimo na quantidade do rebanho. O decréscimo de 1993 para 2008 no efetivo do rebanho de suínos está marcado por 7.175 cabeças (Anexo D).

O mel, produto de origem animal, que caracterizou o nome do município, hoje não é mais produzido no município. Em 1993, era produzido no município um total de 1.000 quilogramas de mel, atingindo um pico de produção entre os anos de 1994 a 1995, em que foram produzidos 3.000 quilogramas (Anexo I).

No ramo da extração vegetal do município não existem atividades desenvolvidas no último ano pesquisado, isto é, no ano de 2008 (Anexo J). Porém, segundo a EPAGRI local, nos dois últimos anos começou a haver o desenvolvimento de algumas das atividades da extração vegetal, como a extração de madeira em tora. No ramo da silvicultura algumas atividades começaram nos últimos dois anos, com o plantio de eucalipto, segundo Nei Zeni.

Portanto, com todos os dados apresentados a rizicultura pode ser entendida ainda como a principal atividade econômica do município. Segundo Zeni, “a principal atividade econômica é o arroz; e o fumo é a outra atividade que também é importante se colocando em segundo lugar, pelo seu valor econômico: os impostos. E também porque emprega mão-de-obra, sendo que só Meleiro tem 270 famílias que plantam fumo”.

A afirmação do técnico agrícola está ligada com os dados do SEBRAE (2010) no qual afirma que “a atividade agropecuária contribui com 26,1% do PIB Municipal”, colocando-se em segundo lugar dos cinco setores produtivos de Meleiro. O setor produtivo que se classifica em primeiro lugar no PIB Municipal de Meleiro é serviços, que inclui a atividade comercial (SEBRAE, 2010). Assim, a atividade agropecuária não é o principal setor produtivo, todavia, é muito importante para o município devido a sua colocação nos setores que mais somam valor em seu PIB.

A área total destinada a atividades agropecuárias no município soma 11.784 hectares. O IBGE (2006) afirma que para a área rural são destinados 14.418 hectares. Esta área total é destinada à moradia, às pastagens, às matas e às próprias atividades agropecuárias detalhadas.

Abrangendo todo o meio rural existe um total de 848 estabelecimentos agropecuários responsáveis pela produção do setor. Da quantidade total de estabelecimentos do município, 719 pertencem à condição legal de proprietários

(Figura 7), e as outras condições preenchem o restante do total de estabelecimentos (IBGE, 2006).

Como Meleiro possui quatro designações para os produtores a área total disponível ao meio rural é distribuída entre eles. O produtor considerado proprietário abrange uma disponibilidade de 10.931 hectares para o desenvolvimento da (s) atividade (s) produzida (s). O restante do território rural total está distribuído entre as demais condições de produtores agropecuários como pode ser evidenciado na Figura 8, caso semelhante aos dados de Santa Catarina, onde a condição de proprietário é tida como predominante e com maior concentração de terra.

Analisando os gráficos 7 e 8 constata-se que existem mais produtores proprietários e com maior quantidade de hectares de terra do que os produtores que possuem outras condições. Esta proporção de produtores que são proprietários é explicada pelo fato de que “muitos destes receberam seus terrenos de herança”, segundo o técnico agrícola; ou seja, fruto da sucessão familiar.

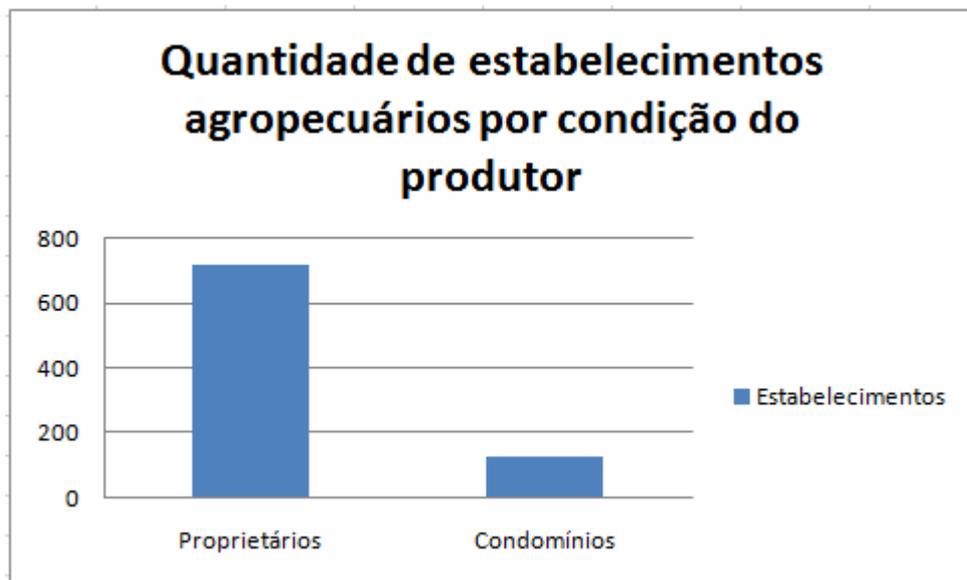


Figura 7: Quantidade de produtores proprietários em relação às demais condições.
Fonte: IBGE (2006)

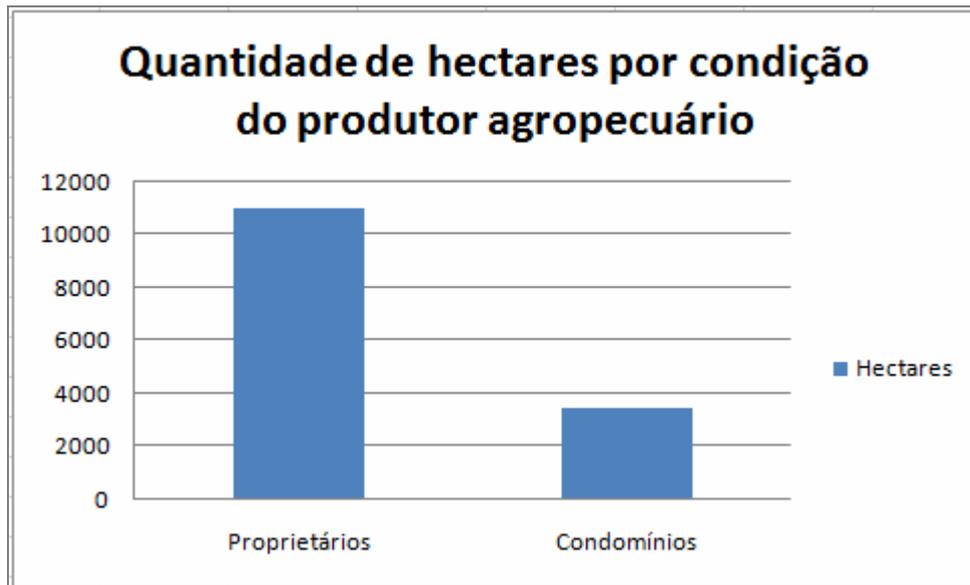


Figura 8: Quantidade de hectares disponíveis aos produtores proprietários em relação aos demais produtores.
Fonte: IBGE (2010)

A média de hectares por estabelecimento agropecuário no município de Meleiro, segundo os dados do IBGE (2006) equivale a 17 hectares. Se cada estabelecimento agropecuário deveria possuir esta média de hectares disponíveis e sabendo que existe na maioria dos estabelecimentos uma área menor que esta média e outros estabelecimentos com áreas bem maiores, é caracterizado por Nei, como concentração fundiária. Esta concentração para Nei zeni “é marcada pelo monocultivo do arroz”, que exige vastas áreas para um bom rendimento. “Desde que foi introduzido o PRÓVARZEAS no município começou a concentração de terras por parte dos grandes produtores em detrimento aos pequenos produtores”.

Afirma o Engenheiro Agrônomo Rogério Antônio Casagrande que para a rizicultura 10 hectares é uma área pequena; mas, para outras atividades, como pecuária leiteira esta área é considerada grande.

Cita Zeni que “só um produtor comprou 13 (treze) propriedades de pequenos produtores de uma só localidade e olha que agora já é mais. O arroz tem uma concentração, compra dos pequenos pelos grandes”. Porém, esta tendência de concentração de terras em Meleiro “existe na monocultura do arroz, nas outras culturas as propriedades se mantêm”, afirma Nei. Este é um dos motivos e conseqüências do êxodo rural em Meleiro que começou há décadas atrás, mas que aumentou nesta última década.

Para classificar a área de um imóvel rural são usados como referência os parâmetros do módulo fiscal. Para o município de Meleiro um módulo fiscal corresponde a 18 hectares (TOPANOTTI, 2001). Assim, um minifúndio e/ ou pequeno produtor em Meleiro pode possuir entre 0 hectares a 72 hectares; um médio produtor pode possuir de 72 hectares até 270 e um grande produtor pode possuir mais que 270 hectares (INCRA, 2011). A pequena propriedade em Meleiro é caracterizada por possuir o policultivo como demonstrado na Figura 9. Já, as médias e grandes propriedades são caracterizadas pelo monocultivo, como verificado na Figura 10 e 11 e por possuir grandes extensões de terra com a monocultura do arroz.

Em Meleiro como a monocultura faz existir a concentração fundiária há “vários rizicultores que plantam mais de 100 (cem) hectares e outros com apenas 4 (quatro) a 6 (seis). Estes são dados que não posso quantificar, mas que existem e grande parte destes são classificados como agricultores familiares; pois, é feito o arrendamento ou a divisão por condomínios entre as famílias” (Técnico Agrícola).

A maioria dos produtores agropecuários de Meleiro são agricultores familiares e não empresariais. Tomando por base a informação do LAC (2003) de que 98% dos produtores agropecuários do município de Meleiro são agricultores familiares, enquadram-se nesta situação 831 estabelecimentos dos 848 existentes em Meleiro, segundo o IBGE (2006). E apenas 2% do total dos estabelecimentos são agricultores patronais e/ ou empresariais, ou 17 produtores de economia empresarial.

Para Nei Zeni “em torno de 70% dos produtores de Meleiro são caracterizadas pelo minifúndio e/ ou pela pequena propriedade, nos quais estão classificados no sistema de economia familiar; já, os 28% são médios e grandes produtores do sistema de economia familiar. E os 2% restantes são de produtores empresariais (a propriedade é registrada como uma empresa, pessoa jurídica).”



Figura 9: Policultivo em uma pequena propriedade de Meleiro, localizada na localidade de Poço Verde.
Nota: Na pequena propriedade é demonstrado o policultivo com cultivos de: pastagem, arroz e fumo.
Fonte: Da Autora.



Figura 10: Monocultivo do arroz em uma média propriedade, localizada na localidade de Limeira.
Fonte: Da Autora.



Figura 11: Monocultivo do arroz em uma grande propriedade de Meleiro, localizada na localidade de Jundiá.
Fonte: Da Autora.

4.3 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

A população de Meleiro pode ser estudada de uma forma mais específica após a emancipação de Morro Grande, em 1992. Após a separação do antigo distrito de Morro Grande do município de Meleiro no ano de 1992, observa-se que a população do último vem diminuindo ao fato de ser observada na Figura 13. Não somente a quantidade total de habitantes está decrescendo, como também, a quantidade de habitantes do meio rural. E, conseqüentemente, verifica-se um aumento da população urbana em relação à rural, fato este, que pode ser classificado como processo de urbanização. A tendência de urbanização em âmbito municipal (Figura 12) está seguindo da mesma forma o que está ocorrendo em âmbito nacional (Figura 3) e mundial (Figura 2).

O predomínio do número de habitantes no meio urbano de Meleiro, comparado ao meio rural, ocorreu em 2010, mesmo ano em que o mundo passou a ser mais urbano do que rural (Figura 2). Entretanto, Meleiro apresentou população urbana maior do que a rural quatro décadas depois do Brasil (Figura 3), mostrando que o domínio do rural sobre o urbano se perpetuou por mais tempo em Meleiro quando comparado ao Brasil como um todo. Pode-se então afirmar que Meleiro é hoje um município onde o urbano sobrepõe-se ao rural, visto que as pessoas passaram a habitar mais na cidade do que no meio rural a partir do ano 2010.

Atualmente a população de Meleiro é de aproximadamente 7.000 habitantes, possuindo uma densidade demográfica de 37,51 hab/km² (habitantes por quilômetro quadrado). Do total de habitantes do município, o total de habitantes do sexo masculino representa 3.458 pessoas. Já o total de habitantes do sexo feminino soma um total de 3.542 pessoas.

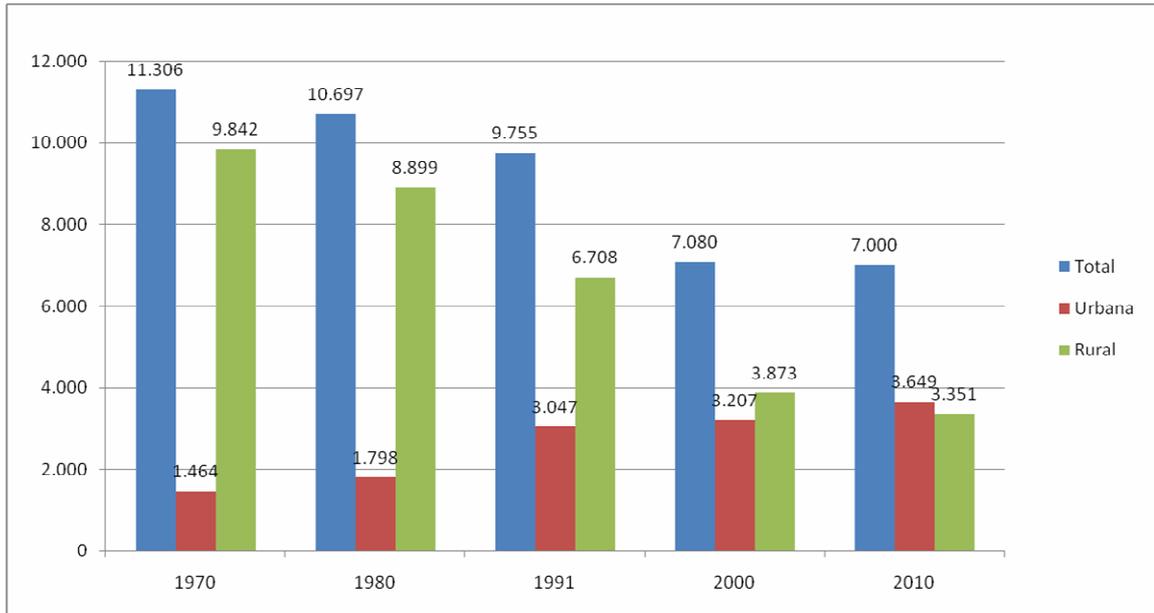


Figura 12: Evolução populacional do Município de Meleiro.
Fonte: SPG (2011).

Segundo o SPG (2011), entre os anos de 2000 a 2010 o total da população rural do município de Meleiro diminuiu de 522 habitantes. Por sua vez, o total de habitantes da área urbana aumentou em 442 habitantes.

Tomando por base que o IBGE (2006) quantificava que existiam apenas 39% de mulheres no campo, estima-se que as mulheres são 1.306 dos 3.351 habitantes do meio rural de Meleiro. Assim, existem 739 homens a mais do que mulheres do meio rural, comprovando a tendência estadual da masculinização dos habitantes do meio rural citada por MIOR e ZOLDAN (2008).

Analisando a Figura 12 constata-se que nos últimos dez anos a população total de Meleiro diminuiu 1,13%. Deste percentual de pessoas que diminuíram, incluem-se uma diminuição de 7,37% da população rural e um aumento de 6,24% da população urbana. Pode-se inferir que o total de população rural que decresceu migrou em direção a área urbana e esta, conseqüentemente, aumentou. Estudos posteriores poderão comprovar se esta movimentação do rural para o urbano deu-se apenas com habitantes de Meleiro, ou com pessoas vindas também de outros municípios.

Para uma melhor compreensão e análise dos dados acima foi feita uma entrevista com a Extensionista Rural da EPAGRI local, Anadilse Gonçalves. Ela cita que o fenômeno de migração iniciou-se por volta do ano 2000, quando os produtores de Meleiro começam a migrar para outros Estados e para a área urbana do próprio

município. Confirmando, assim, os dados do gráfico que mostram que no período compreendido entre os anos de 2000 a 2010 ocorreu o fenômeno chamado urbanização.

Anadilse cita que “os produtores que migraram para outros Estados, Rio Grande do Sul e Paraná, foram em busca de novas alternativas pra aumentar a renda, impulsionados pelas boas expectativas do preço de venda do arroz, que chegou a atingir o valor de venda de R\$35,00.” E os pequenos produtores que saíram em busca de novos empregos no meio urbano foram impulsionados pelas dificuldades. “Sua permanência no meio rural era influenciada pela monocultura da rizicultura”, afirmou a Extensionista. “Continuar suas atividades agropecuárias significava tentar continuar no mercado de trabalho tão competitivo, pois os grandes produtores possuíam mais recursos financeiros e podiam investir mais na produção e assim, garantir mais lucros. Então, preferiam deixar o meio rural, vendendo suas propriedades e se direcionar para o meio urbano em busca de novas alternativas.”

Ainda segundo Anadilse, há outras características de deslocamento que se expressam no meio rural nos últimos dois anos, marcadas pela saída dos fumicultores do município, impulsionados pelas exigências para o plantio.

O primeiro caso citado diz respeito a migração para a área urbana, com venda da propriedade. Já, o segundo caso é marcado pela saída de alguns ou todos os componentes da família para as empresas ou agroindústrias da região.

No primeiro caso o fumicultor por não encontrar alternativas de permanecer com sua atividade, vende sua propriedade. Esta característica de deslocamento é marcada pelas exigências para o plantio e pelo preço de venda do produto. O produtor não encontrando outras fontes de renda e alternativas para a crise enfrentada acabam migrando em busca de melhoria de vida em empregos assalariados na área urbana.

No segundo caso, “há a continuidade da moradia no rural e o encerramento do cultivo do fumo se toda a família consegue se empregar” nos locais citados anteriormente. E se somente alguns componentes conseguem empregar-se, os produtores continuam as atividades agrícolas ou pecuárias com menos ênfase. Esta facilidade de descolamento hoje no meio rural, é influenciado pelas linhas de ônibus que estas empresas ou agroindústrias proporcionam ao trabalhador, as quais passam em diferentes turnos, proporcionando maior flexibilidade de horários.

Um dos fatores que fizeram e ainda fazem a população rural migrar para a área urbana está ligado a uma evolução muito rápida da tecnologia nos dias atuais, e este avanço trás consigo o aumento de produtividade inclusive na agricultura. A tecnologia na agricultura continua em processo de continua evolução, tanto no material genético usado quanto nos processos do plantio, passando pela colheita e processamento. Como material genético, que já é utilizado em Meleiro, pode ser citado um novo sistema de plantio de arroz no seco, inicialmente, e depois se colocando a água nas quadras. As sementes neste tipo de plantio são importadas e mais caras dos que as atualmente usadas, porém com resultados até melhores segundo um rizicultor de Meleiro. Os processos de cultivo estão mais facilitados pela modernidade dos tratores e implementos agrícolas. Há pouco menos de 50 anos atrás se colhia arroz com a "seguete" (foice de cabo curto), enquanto que hoje se usam poderosas colheitadeiras. O arroz hoje tem que ter certa qualidade de engenho, desde estrutura, tamanho até cheiro. Então, tudo seguindo certo padrão tecnológico que nem sempre pode ser alcançada pelo pequeno produtor rural.

Afirma KURZWEIL (2001, p.8) que a evolução da tecnologia aumenta muito como o decorrer do tempo e, isto, influencia inclusive nos preços dos bens,

Juntei dados de evolução tecnológica de diversos setores e observei padrões interessantes. Um deles foi que a potência disponível de computação aumenta exponencialmente com o avançar do tempo, enquanto o preço da tecnologia cai drasticamente. Avaliei dados de 1890 a 1980 e percebi que a trajetória de evolução era estável e bastante previsível. Isto apesar de crises econômicas e guerras mundiais. Nada tinha efeito na curva ascendente de potência e descendente de preço. E a curva ascendente era exponencial. Ela dobrava a cada etapa de tempo e as etapas de tempo estavam cada vez mais curtas. Em 1900 a potência dobrava a cada três anos, em 1950 a cada dois anos e em 1980 a cada ano e meio. Hoje dobra a cada 11 meses.

Isto retrata o aumento de tecnologia em qualquer setor, inclusive no meio rural. O aumento da tecnologia trás consigo aumento de produtividade, que aumenta a produção e a oferta de produtos, e com isso os preços caem.

4.4 PERSPECTIVA ATUAL DOS PRODUTORES RURAIS DE MELEIRO

Para compreender a situação e a perspectiva atual dos produtores agropecuários de Meleiro, em especial, dos rizicultores e dos fumicultores, foi feita algumas entrevistas com os mesmos, e com o técnico agrícola, Nei Zeni; a

Extensionista Rural, Anadilse Gonçalves e o Engenheiro Agrônomo, Rogério Antonio Casagrande. A entrevista foi feita com dois fumicultores, José Vianey Piazza e Amarildo Biz, e dois rizicultores, Douglas Scardueli e Dimas Dordete, visto que o técnico agrícola entrevistado cita que estas são as duas principais atividades agropecuárias de Meleiro.

Segundo a resposta das entrevistas quanto à situação deles, os agricultores citaram que “estamos passando por algumas dificuldades”, que estão localizadas em todas as escalas territoriais, como a municipal, estadual e nacional. Estas dificuldades surgiram a partir do momento em que o preço de venda do arroz decresceu e os preços de custo da produção aumentaram, gerando déficits econômicos. “O valor de venda do arroz há cinco anos estava com um preço de aproximadamente R\$39,00 a saca de 50 Kg hoje o preço é em média de R\$21,00 a saca de 50 Kg”; afirma Douglas. O outro rizicultor, Dimas diz que “o valor do custo para a produção aumentou muito. Um exemplo: os insumos aumentaram cerca de 200% em cinco anos e o valor de venda do produto estagnou ou diminuiu como é o caso do arroz”.

As dificuldades aumentam cada vez mais para os pequenos produtores que começam a competir produtivamente e economicamente com os médios e grandes produtores do município, principalmente, quando são analisados tais fatores na rizicultura. “Não bastassem as dificuldades quanto a preços de custo e venda, as dificuldades aumentam quando é necessário aprimorar o modo de produção com novas tecnologias, que impedem o pequeno produtor a adquiri-las, por muitas vezes” (Nei Zeni). Essas dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores resultam no êxodo rural, como já citado no item anterior.

Segundo Dimas “se o arroz não voltar a R\$30,00, estamos quebrados. Depende do tempo, é tudo no peito. O custo de vida é muito alto, o que ganhava anos atrás, ganho hoje e não sobra mais nada”. Assim, entende-se que para o produtor agropecuário todos os fatores econômicos que envolvem a produção, especialmente da rizicultura e da fumicultura, estão em desvantagem. E que, além, das dificuldades citadas, citam que é muito difícil ser produtor, pois a dependência é muito grande e é de vários fatores, tais como os preços e o clima.

Para Amarildo “a única alternativa para nós é vender a propriedade e ir morar na cidade ou ir trabalhar nessas empresas que vem buscar a gente de ônibus; pelo menos tem salário e não precisa ficar dependendo de tudo”. José cita que “a

fumicultura é uma atividade que com pouca terra se consegue uma renda boa, mas as exigências são muito grandes, o custo é muito caro e o lucro é pouco. E outra coisa; vejo que na cidade hoje é melhor de se viver, tenho vários amigos que venderam sua propriedade e foram morar lá e agora estão vivendo bem. Pensa só, dependemos do clima, se chove demais é ruim, se chove de menos também não é bom, se dá granizo estraga tudo, se dá vento nem se fala. Dependemos, também, do preço para comprar os insumos e do preço de venda que nunca é estabilizado, pelo menos se tivesse um mínimo né.”

Dos quatro agricultores entrevistados citados acima dois citaram que pretendem arrendar ou vender suas propriedades, pois não vêem mais vantagem de continuar sendo produtores agropecuários. Pensam que a situação tende a só piorar com o decorrer dos anos. O rizicultor Dimas citou que “pelo que estou vendo o custo de vida vai aumentar, o custo da produção também, a venda vai sempre depender de tudo e o preço vai sempre estar baixo, nunca vai ter um preço garantido e assim vamos ficando endividados e desestimulados.” Amarildo Biz citou que: “Qual o pai que incentiva um filho a continuar na roça desse jeito? Eu estou dizendo para os meus filhos que é para estudar e ir mora na cidade, para procurar emprego e casa pra depois nos irmos juntos com eles”.

Outra dificuldade que o produtor agropecuário de Meleiro encontra hoje é planejar e executar a administração da propriedade. Segundo Nei “o que acontece é que, muitas vezes, os produtores compram e não planejam a suficiência de renda para o pagamento”.

Apesar de todas estas dificuldades os agricultores possuem apoios. Eles podem optar por recorrer aos incentivos governamentais ligados ao crédito rural para tentar melhorar sua situação financeira ou econômica. Uma das linhas de crédito mais utilizadas por eles é o PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar), conforme Rogério. Outro apoio segundo Anadilse é referente à assistência técnica que hoje é de mais fácil acesso. Os produtores podem ter acompanhamento técnico nas execuções na produção e ter auxílio, conseqüentemente, na administração de sua propriedade.

Assim, nota-se um desestímulo dos produtores marcados por vários fatores e que estes desestímulo, pode acarretar no aumento da taxa de urbanização para o município. Esta falta de perspectiva, atual, é passada de geração para

geração, diferente do que era passado antigamente, como citado por SANTA CATARINA (2007).

4.5 PERSPECTIVA DOS JOVENS DE MELEIRO

Para compreender qual a expectativa do jovem em relação ao meio rural foram aplicadas algumas perguntas aos alunos do ensino médio de uma escola pública do município, as quais estão dispostas no apêndice A. Na tentativa de abranger o maior número de respostas possíveis os questionários foram entregues a algumas turmas dos turnos: matutino, vespertino e noturno. A pesquisa atingiu 49 (quarenta e nove) alunos distribuídos nas turmas dos turnos citados, do ensino médio.

Do total de alunos pesquisados 19 foram do sexo masculino e 30 foram do sexo feminino, representando, assim, 39% do sexo masculino e 61% do sexo feminino. A idade da população pesquisada foi entre 15 e 17 anos de idade.

Os alunos não foram selecionados quanto ao local de residência, a qual abrangeu tanto os alunos residentes do meio rural quanto os alunos do meio urbano (Figura 13). Dos 49 alunos pesquisados, 40 residem no meio rural e 9 residem no meio urbano.



Figura 13: Local de residência da população questionada.
Fonte: Da pesquisa

Dos 40 alunos que residiam no meio rural, 32 destes possuem pais agricultores ou pecuaristas. Dos 32 alunos que responderam possuir pais que sobrevivem de atividades agropecuárias, todos são proprietários de terra. O restante dos alunos que residem no meio rural e os seus pais não se incluíam nesta abordagem, os pais possuíam emprego no meio urbano.

Então, pode ser verificado que mesmo com a diminuição no total de habitantes do meio rural já descrito, existe o fato de que muitos dos habitantes atuais do meio rural não possuem atividades nele, confirmando também, o que os entrevistados citados nos itens anteriores descrevem a respeito das características que existem hoje no meio rural de Meleiro.

Quanto a área da propriedade que os pais dos alunos que são produtores agropecuários possuem, verificou-se que a média é de 15 hectares cada família. Porém, uma exceção ocorreu nesta resposta. A exceção corresponde ao fato de que apenas um aluno afirmou que seus pais possuem 170 hectares. Esta pergunta aplicada no questionário comprova a idéia de concentração fundiária existente no município, a qual já foi citada. Ao comparar tais dados percebe-se que somente um aluno e sua família detêm 26% da área total que os pais dos outros alunos possuem.

Aos alunos citados, anteriormente, que residem no meio rural foi questionado a sua perspectiva de continuar as atividades dos pais e a sua permanência na área rural, objetivo essencial da pesquisa.

Ao analisar as respostas destes jovens (Figura 14), concluiu-se que 57% deles não desejam continuar residindo e/ ou continuando as atividades dos pais no meio rural, isto é, desejam migrar para a área urbana do próprio município em estudo ou “para cidades vizinhas”, como citado por alguns deles. Apenas 35% dos alunos do ensino médio da escola pesquisada querem continuar sim as atividades de seus pais e/ ou continuar residindo no meio rural.

Assim, comprava-se novamente o que MIOR e ZOLDAN (2008) descrevem a respeito da saída dos jovens do meio rural e uma de suas conseqüências, como o envelhecimento da população rural. E, conseqüentemente, a ausência de sucessão familiar para os pais destes jovens. A sucessão familiar neste caso significaria a ausência de substitutos para o negócio familiar rural, o que será marcado em Meleiro, se estas respostas se confirmarem futuramente.

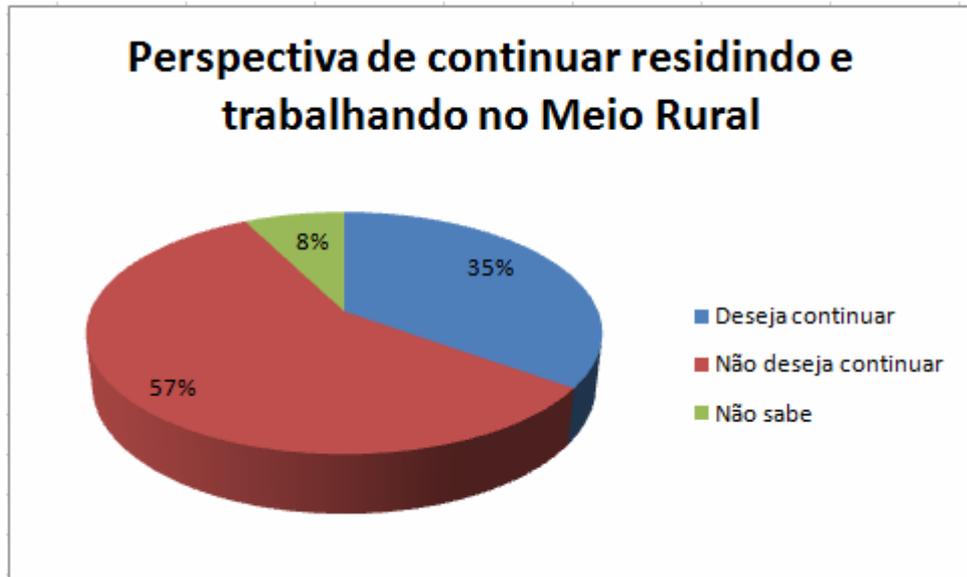


Figura 14: Perspectiva dos jovens que desejam continuar residindo no meio rural ou administrando a propriedade dos pais.
Fonte: Da pesquisa

A partir do resultado obtido na figura 14 foi analisada a quantidade de jovens por sexo que deseja migrar para a área urbana, conforme demonstra a Figura 15. Do total de 57% dos jovens em idade escolar que responderam desejar migrar para o meio urbano 96% destes correspondem ao sexo feminino.

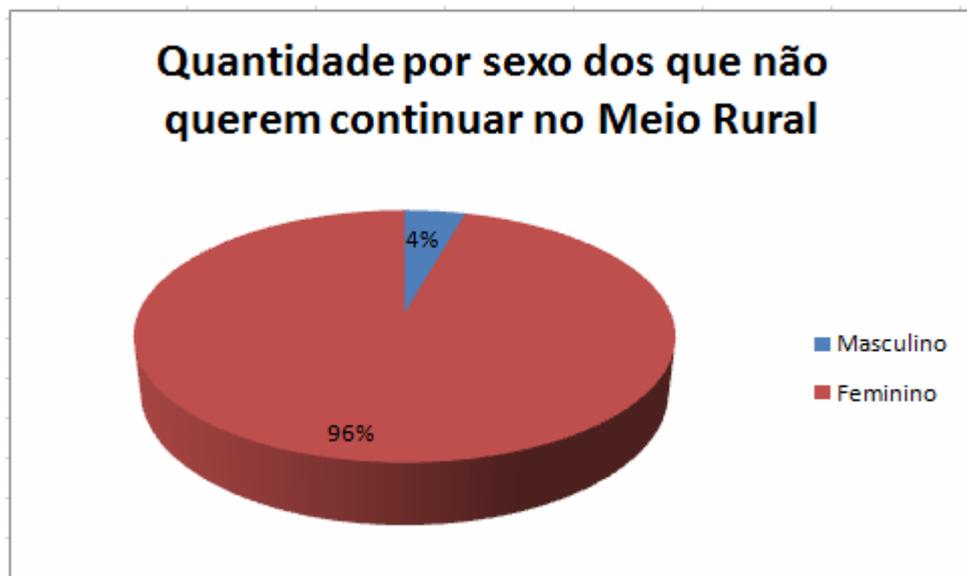


Figura 15: Quantidade por sexo dos jovens em idade escolar que desejam migrar.
Fonte: Da pesquisa

Então, percebe-se que a maioria dos alunos que residem no meio rural e desejam migrar para o meio urbano são do sexo feminino, constituindo uma

masculinização do meio rural. Este fenômeno também foi constatado por Ferrari et. al., (2007), em estudo feito no Oeste de Santa Catarina, onde as filhas de agricultores, principalmente de pequenas propriedades, desejam migrar para a cidade, devido à penosidade do trabalho associada às atividades na lavoura.

Para compreender esse fenômeno de desejo de migração futura para a área urbana, foi direcionada aos alunos perguntas sobre os motivos que os levam a pensar sobre. Estas perguntas enfatizavam as vantagens e desvantagens que eles pensam do meio rural e do meio urbano.

Os 57% dos alunos que exprimem o desejo de migrar para a área urbana afirmam que morar na cidade é melhor para conseguir emprego, para depois estudar. Declaram, também, que a rede de relacionamentos e informações, acessibilidade e transporte aumentam quando a vida é urbana. Todavia, lamentam deixar a vida tranqüila do meio rural.

O fato distinto que a pesquisa proporcionou foi justamente o fato das meninas em sua maioria desejarem sair do meio rural, como já citado. Estas meninas em idade escolar atribuem o fato da falta de incentivo dos pais perante o meio rural, como principal motivo influenciador para a sua futura migração e em segundo lugar o trabalho árduo das atividades. Uma menina citou o que seu pai diz em relação a sua permanência na propriedade: “Meu pai diz que não há mais futuro para eu e minhas irmãs na área rural”. Conforme as respostas das mesmas, os pais não vêem muita expectativa de melhoria das condições de vida, sejam elas econômicas ou sociais, no meio rural com as atividades agropecuárias desenvolvidas atualmente. Elas citam que os pais afirmam que o pouco de terra da propriedade que possuem não é suficiente para elas e para o (s) filho (os) do sexo masculino. E que “para uma mulher hoje é melhor trabalhar na cidade, para não passar tanto trabalho, como nós. Pelo menos na cidade não precisa trabalhar abaixo de sol ou de chuva”.

Esta preocupação dos pais para com as filhas também foi encontrada no Oeste de Santa Catarina em estudo de Silvestro e Testa (2007). Os autores constataram que as moças que desejavam migrar para a cidade diziam que o trabalho penoso do campo é ruim, estraga o corpo e além de tudo na área urbana a oportunidade de empregos no ramo de serviços é mais vantajosa para as mulheres.

Outro motivo que as levam pensar em sair do meio rural, que também é influenciado pela falta de incentivo dos pais, é que a opinião das filhas mulheres não é levada tanto em conta como os dos filhos homens.

As meninas citam que no meio urbano encontrarão mais facilidade de socialização e lazer, já que no meio rural dependem, em muitos casos dos pais, pois, a distância as impede de irem sozinhas a estes ambientes de lazer.

O outro motivo e último que as meninas descreveram é que na cidade se tem mais acesso aos meios de transporte para a educação superior e, conseqüentemente, maior acesso ao mercado de trabalho durante e após o término do ensino superior.

Os 4% restantes dos alunos que não querem continuar no meio rural e são do sexo masculino responderam que o motivo que os levam a pensar sobre, está ligado ao desestímulo dos pais perante as atividades agropecuárias produzidas hoje. Esse desestímulo é o mesmo evidenciado pelos pais das alunas e que é transmitido como uma forma de rejeição ao meio rural por suas dificuldades.

Os alunos que responderam querer continuar no meio rural declararam que gostam do ambiente tranqüilo do meio rural e de produzir as atividades agropecuárias que os pais produzem, por isso, nem pensam em sair dele. Pensam em continuar os estudos depois de concluir o ensino médio e continuar residindo e trabalhando no meio rural. Acrescentam que o tamanho da propriedade dos pais é suficiente para sua permanência.

Assim, verifica-se que o tamanho da propriedade é outro fator motivador; quanto maior a propriedade, maiores são as expectativas de permanência no meio rural.

Ao serem questionados sobre algumas características pessoais, não foi identificado distintas diferenças para classificar como um sinal dos que poderiam migrar para o meio urbano ou não. Todos possuíam padrões de qualidades de vida parecidos. Todos possuíam acesso aos meios de comunicação, como: internet, televisores, rádios, celulares e jornais. Possuíam acesso também aos meios de transportes, como os ônibus que fazem o tráfego estudantil, carros e motocicletas. E a grande maioria possuía liberdade de sair em festas locais. Os dados, de um modo geral, exprimiram igualdade entre os sexos no ambiente pessoal e social.

Outro questionamento foi lhes direcionado, ao qual correspondiam as vantagens e desvantagens do meio rural. As vantagens foram direcionadas a

tranqüilidade e menos poluição do ar. As desvantagens estavam relacionadas ao lazer, identificado pela falta de praças e ambientes de lazer coletivo, onde são encontrados na cidade.

5 CONCLUSÃO

Diversas são as formas de discutir a evolução populacional de um município, principalmente, do meio rural deste. Contudo, deve-se analisar a interferência que as atividades econômicas causam na produção do espaço geográfico.

Analisou-se que a evolução populacional de Meleiro é semelhante às evoluções populacionais do mundo e do Brasil. Porém, as especificidades do município em estudo caracterizaram esta evolução.

Notou-se que as modificações da estrutura fundiária juntamente com a situação econômica proporcionaram de certa forma, a urbanização do município. O conjunto destes fatores agregou valor quanto à perspectiva de permanência no meio rural dos produtores agropecuários e seus filhos, principalmente filhos do sexo feminino.

Notou-se que já existe no município a masculinização do meio rural e que este só tende a aumentar. O envelhecimento da população rural é outro fator condicionado pelas pesquisas e este envelhecimento será marcado pela falta de sucessão familiar, ou seja, os produtores proprietários não possuíram filhos para suceder a propriedade. Com isso, a concentração de terras tende a aumentar e, conseqüentemente, o aumento do número de médios e grandes produtores.

Desta forma, há a necessidade de construir políticas públicas para os jovens rurais e seus pais que ainda desejam permanecer na agricultura ou pecuária, levando em conta suas distinções e suas expectativas. Para tal, é necessário construir no meio rural as condições mínimas de instigação a permanência no mesmo, como: acesso as mais diversas formas de educação, acesso a saúde e lazer.

Além disso, as atividades econômicas que atraem as moças não devem ficar restritas ao meio urbano. Deve-se incorporá-las no meio rural para atrair estas e os jovens rapazes, dinamizando o espaço rural através de novas fontes de renda para esta população.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- AGRA, Nardine Gualberto e SANTOS, Robério Ferreira dos. **Agricultura brasileira: situação atual e perspectivas de desenvolvimento**. Paraíba: UFPB, 2010, p. 9
- AGUIAR, Ronaldo Conde. **Abrindo o pacote tecnológico: Estado e pesquisa agropecuária no Brasil**. São Paulo: Polis; Brasília: CNPq, 1986.
- BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia urbana**. 2. Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- BRASIL, **LEI Nº 11.326**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 12 out.2011.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007. 123 p. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dg/gesp>>. Acesso em: 25 set. 2011.
- CEPA/ SC. **Levantamento Agropecuário Catarinense 2002-2003**. Florianópolis: Editoração GRACIOSA S. L. e SILVESTRINI, Z. A., 2003.
- _____. **Levantamento Agropecuário de Santa Catarina – 2002-2003**. Florianópolis, 2005.
- EPAGRI/ CEPA – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina/ Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2009-2010**. Florianópolis: EPAGRI/ CEPA, 2010.
- FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Julio Cesar. **Geografia agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- FERNANDES, Marlene. **Agenda Habitat para municípios**. Rio de Janeiro: IBAM, 2002.
- FERRARI, Dilvan Luiz et.al. Jovens agricultores do Oeste de Santa Catarina na encruzilhada: entre o rural e o urbano. **Revista Agropecuária Catarinense**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 76-81, novembro 2007.
- FRANÇA, Caio Galvão et al. **O Censo Agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009.
- GAIDZINSKI, M. C. e FURTADO, S. M. A. Rizipiscicultura: uma prática de desenvolvimento sustentável? In: SCHEIBE, L. F.; FURTADO, S. M. A.; BUSS, M. D. **Geografias entrelaçadas: ambiente rural e urbano no sul de Santa Catarina**. Florianópolis/ Criciúma: Editora da UFSC/ Editora da UNESC, 2005, p. 36-61.

IBGE. **Censo agropecuário 2006**: Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

IBGE. **Censo demográfico 2000**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 05/10/2011.

_____. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidades>>. Acessos em 30/10/2011 e 15/09/2011.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidades>>. Acessos em 30/10/2011 e 15/09/2011.

_____. **Censo Agropecuário**. Santa Catarina: IBGE, 1999.

INCRA: Instituto **Nacional de Colonização e Reforma Agrária**, 2001. Disponível em: <www.incra.gov.br>. Acesso em: 03 out. 2011.

INCRA/ FAO. **Novo retrato da Agricultura Familiar: O Brasil redescoberto**. Brasília: projeto de Cooperação Técnica INCRA/ FAO, 2000 (FAO/ BRA 036)

_____. **Perfil da Agricultura familiar no Brasil**: dossiê estatístico. Brasília, Projeto UFT/ BRA/ 036, agosto de 1996.

KAYSER, Bernard. **La renaissance rurale**: sociologie des campagnes Du monde occidental. Paris: Armand Colin, 1990.

KURZWEIL, RAY. Isto é Entrevista. **Revista Isto é**, São Paulo, ano 35, n. 2189, p. 8, outubro de 2011.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **O conceito de espaço rural em questão**. São Paulo: Terra Livre/ USP, 2002, 112 p.

MANIÇOBA, Regina de Souza. **Urbanização e qualidade de vida nos municípios da Amazônia Legal criados após 1988**. Brasília: UNB – CDS, 2006.

MARICATO, Ermínia. **Brasil cidades**: alternativas para a crise urbana. Petropolis, RJ: Vozes, 2001.

MARTINE, G. Fases e faces da modernização agrícola brasileira. **Planejamento e Políticas Públicas**. v.1, n.3, p.3-44, jun. 1990.

MDA. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**, 2011. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 28 set. 2011.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó, SC: Argos, 2005.

MIOR, L. C.; ZOLDAN, P.C. Perspectivas para o sistema agroalimentar e o espaço rural de Santa Catarina. **Revista Agropecuária Catarinense**, Florianópolis, v.21, n.2, p. 25-26, julho 2008.

OLINGER, Glauco. **Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil**. Florianópolis: EPAGRI, 1996.

_____. **Êxodo Rural: Campo ou cidade?** Florianópolis, ACARESC, 1991.

ONU: **Organização das Nações Unidas**. Disponível em: <<http://esa.un.org/unup/>>. Acesso em: 13 set. 2011.

PANDOLFO, C.; BRAGA, H.J.; SILVA, V.P.J.; et. al. **Atlas climatológico digital do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: Epagri, 2002. CD-Rom

PORTELA, Fernando; VESENTINI, José William. **Êxodo rural e urbanização**. 13. ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.

PMM. **Prefeitura Municipal de Meleiro**, 2011.

RONCAYOLO, Marcel. Cidade. In Enciclopedia Einaudi. **Região**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1986, vol. 8. 396-487p.

SANTA CATARINA. **Conhecendo Santa Catarina**. Florianópolis: Secretaria de Estado do Planejamento, 2009.

_____. **Perfil cultural e turístico dos municípios catarinenses: Meleiro**. Forquilha: Editora Gluck LTDA, 2007, 134 p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnicas e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002. 384 p.

_____. **A urbanização brasileira**. 5.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SANTOS, Lucy Woellner. et.al. Estratégias organizacionais na Trajetória da EMPASC. **Revista Agropecuária Catarinense**. Florianópolis, v. 4, n. 3, 2000.

SANTOS, Robério Ferreira dos. Análise crítica da interpretação neoclássica do processo de modernização da agricultura brasileira. In: SANTOS, Robério Ferreira dos. **Presença de viéses de mudança técnica da agricultura brasileira**. São Paulo: USP/IPE, 1986, p.39-78.

SEBRAE/SC: Serviço Brasileiro de apoio as micro e pequenas empresas. **Santa Catarina em Números**. Florianópolis: SEBRAE/SC, 2010.

SILVA, José Graziano da e DEL GROSSI, M. E. **O novo rural brasileiro: uma atualização para 1992-98**. Campinas-SP, 1999. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html>>. Acesso em: 03 set. 2011.

_____. **O Novo Rural Brasileiro**. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 34, 1996, Aracaju. **Anais**, p. 71-90.

SILVESTRO, Milton Luiz; ABRAMOVAY, Ricardo (Coordenação de). **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: EPAGRI,

2001.

SILVESTRO, M.L., TESTA, V.L.. Jovens agricultores do Oeste de Santa Catarina na encruzilhada: entre o rural e o urbano. **Revista Agropecuária Catarinense, Florianópolis, v. 20, n.3, p. 76-81, novembro 2007.**

SOUZA, Celina. **Relações Intergovernamentais e a Reforma da Administração Pública Local.** Trabalho apresentado no Seminário A Reforma da Administração Pública: Possibilidades e Obstáculos. Recife, 20-21 ago. 1998. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/docs/eg/semi10.rtf>>. Acesso em: 21 set. 2011.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **Cidade:** Lugar e geografia da existência. 5º Simpósio Nacional de Geografia Urbana, Bahia, 21 a 24 de outubro de 1996.

SPG. **Secretaria de planejamento do estado de Santa Catarina.** Disponível em: <<http://www.spg.sc.gov.br/>>. Acesso em 12 out. 2011.

SPOSITO, Maria E.B., WHITACKER, Arthur Magon (org.). **Cidade e campo relações e contradições entre o urbano e rural.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

TOPANOTTI, V. Módulo Rural. **Revista “Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Içara-30 anos de história”**, Içara (SC), Edição especial, p.14, setembro de 2001.

TRAMONTO ALIMENTOS: Disponível em: <<http://www.tramontoalimentos.com.br/>>. Acesso em: 02 nov. 2011.

ZOLDAN, P.C. Produto interno bruto dos municípios catarinenses – 1999 a 2003. **Revista Agropecuária Catarinense**, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 17-20, novembro 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO DESTINADO AOS JOVENS EM IDADE ESCOLAR DE UMA ESCOLA DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE MELEIRO.

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE
CURSO DE GEOGRAFIA
MICHELLI CADORIN PIAZZA**

Questionário destinado à realização de TCC em Geografia, com área de estudo em Geografia Agrária e título: **O meio rural de um município em tendência de urbanização: O caso de Meleiro.**

As respostas serão expostas no trabalho de forma textual, de gráficos e análises com as demais pesquisas objetivadas para a sua realização.

PERGUNTAS:

- 1) Idade: _____
- 2) Sexo: () Masculino () Feminino
- 3) Reside no meio urbano ou rural?
- 4) Seu bairro ou localidade fica a que distância da sede (centro) do município?
- 5) Quantas vezes por semana você vai para a sede (centro) do município?
- 6) Qual o meio de transporte você tem acesso?
- 7) Qual o meio de comunicação tem acesso? Encontra dificuldade em possuir algum?
- 8) Seus pais são agricultores?
- 9) Quantos hectares de terra possuem sua família? E quantos são cultivados?
- 10) Você vai para festas? Com que frequência? Encontra alguma dificuldade em ir?
- 11) Você opina em alguma decisão em sua família?
- 12) Para você morar na cidade é melhor? Por quê?
- 13) Qual a vantagem e a desvantagem de morar no meio rural?
- 14) Caso você more no meio rural, deseja continuar? Por quê?

ANEXOS

ANEXO A: LAVOURAS TEMPORÁRIAS EM MELEIRO

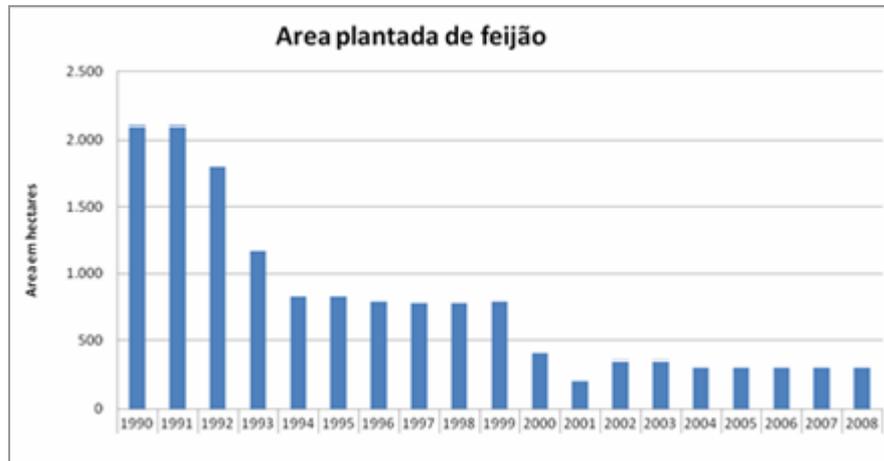


Figura 16: Área plantada de Feijão entre 1990 a 2008.
Fonte: SPG (2011).

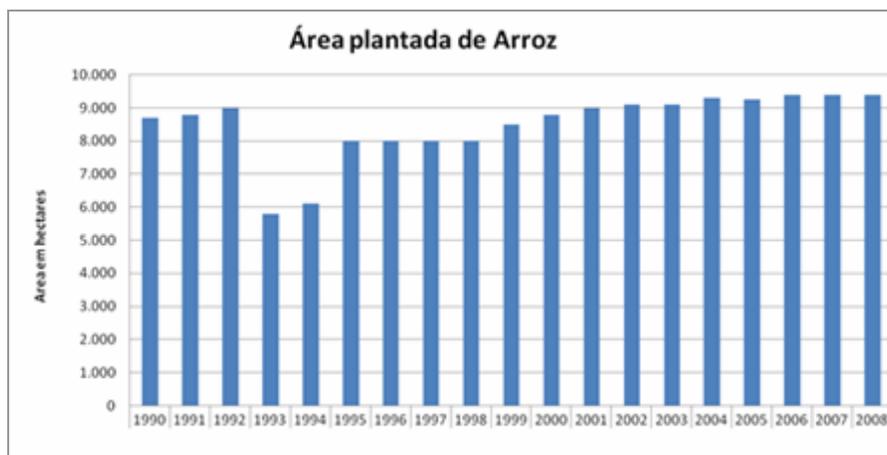


Figura 17: Área plantada de Arroz entre 1990 a 2008.
Fonte: SPG (2011).



Figura 18: Área plantada de Mandioca entre 1990 a 2008.
Fonte: SPG (2011).

ANEXO B: LAVOURAS TEMPORÁRIAS EM MELEIRO

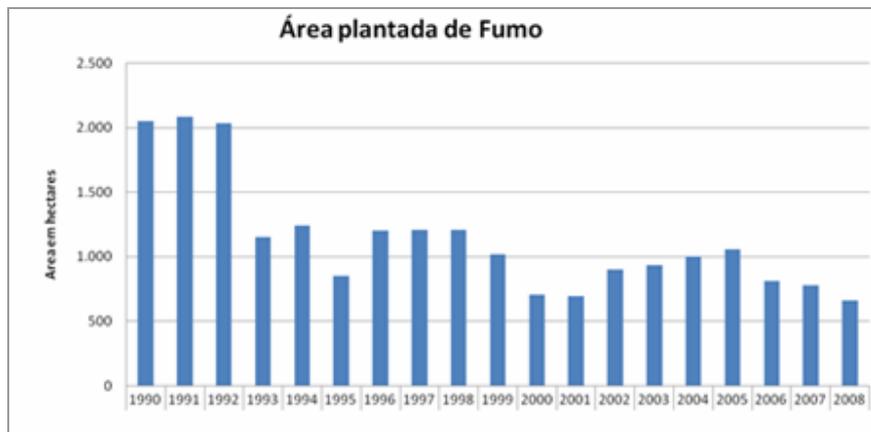


Figura 19: Área plantada de Fumo entre 1990 a 2008.
Fonte: SPG (2011).

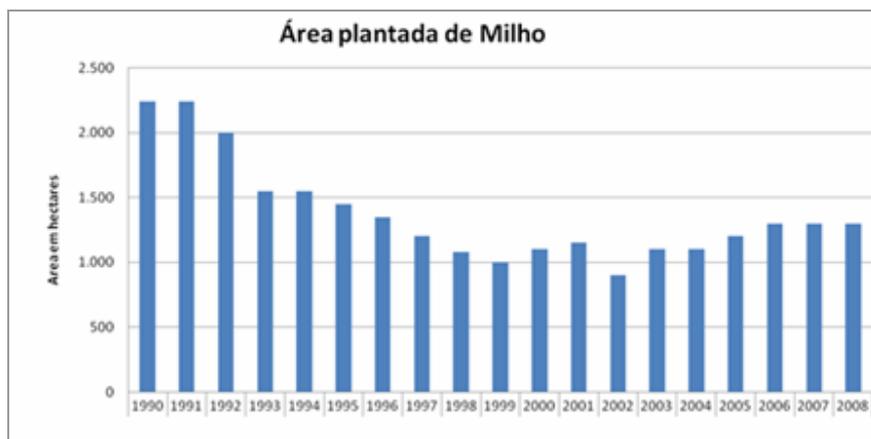


Figura 20: Área plantada de Milho entre 1990 a 2008.
Fonte: SPG (2011).

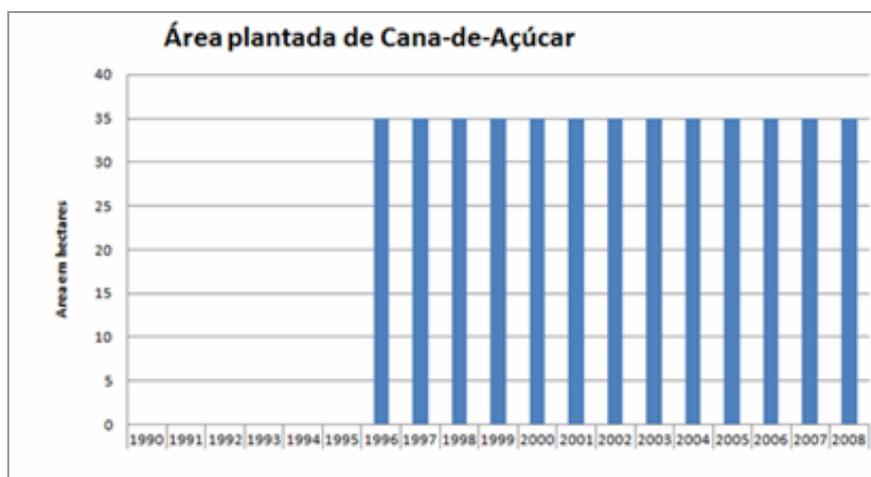


Figura 21: Área plantada de Cana-de-Açúcar entre 1990 a 2008.
Fonte: SPG (2011).

ANEXO C: LAVOURAS PERMANENTES EM MELEIRO

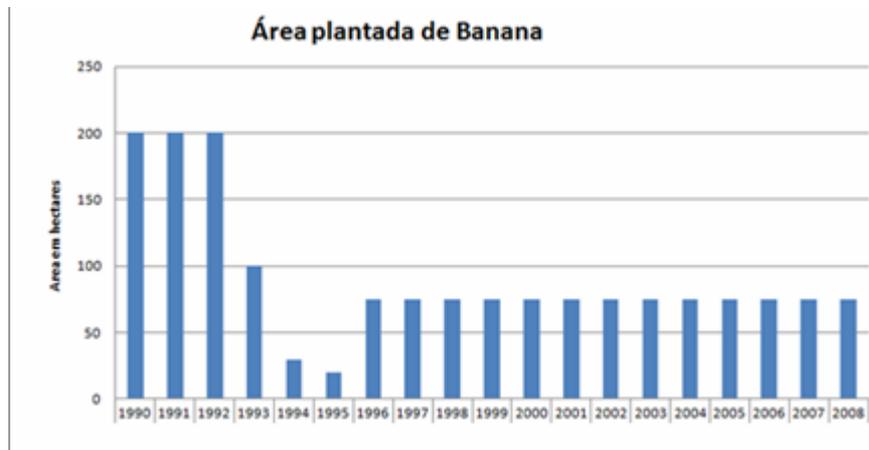


Figura 22: Área plantada de Banana entre 1990 a 2008.
Fonte: SPG (2011).

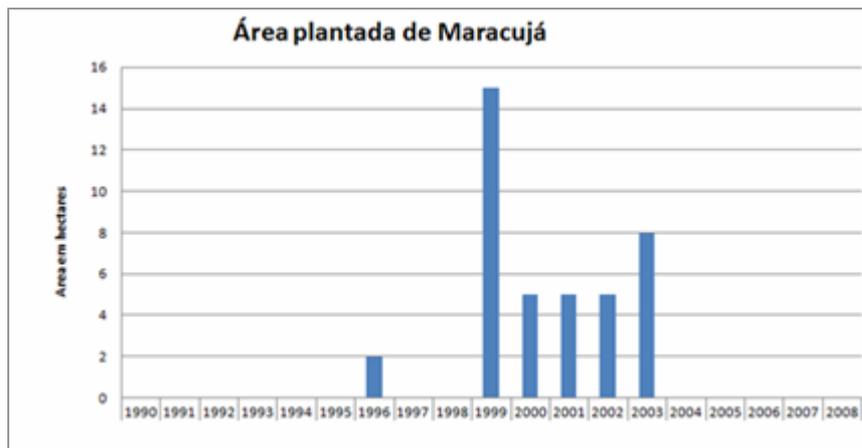


Figura 23: Área plantada de Maracujá entre 1990 a 2008.
Fonte: SPG (2011).

ANEXO D: EFETIVO DA PECUÁRIA EM MELEIRO



Figura 24: Quantidade de Vacas ordenhadas entre 1990 a 2008.
Fonte: SPG (2011).



Figura 25: Quantidade de Ovinos tosquiados entre 1990 a 2008.
Fonte: SPG (2011).

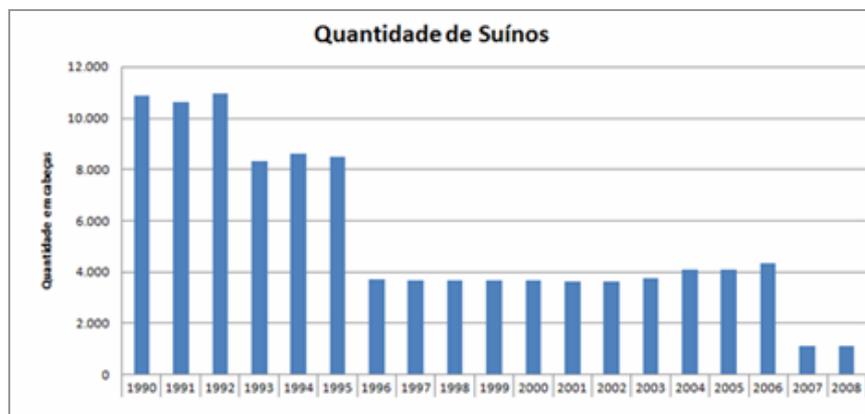


Figura 26: Quantidade de Suínos entre 1990 a 2008.
Fonte: SPG (2011).

ANEXO E: EFETIVO DA PECUÁRIA EM MELEIRO

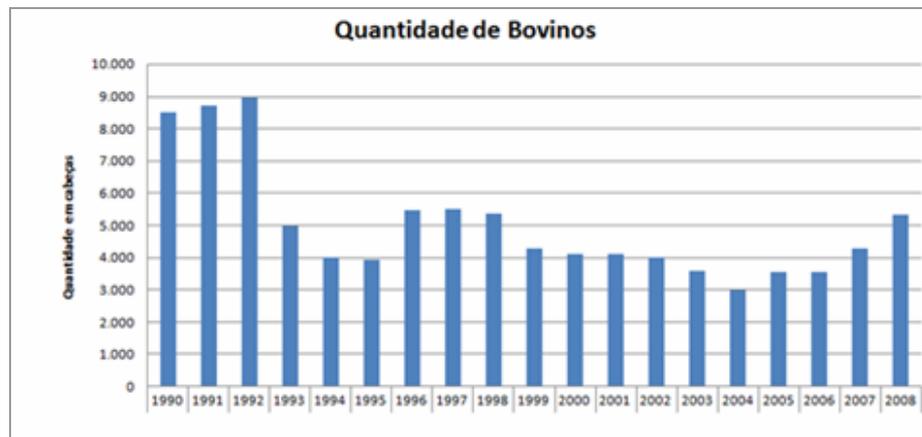


Figura 27: Quantidade de Bovinos entre 1990 a 2008.
Fonte: SPG (2011).



Figura 28: Quantidade de Caprinos entre 1990 a 2008.
Fonte: SPG (2011).



Figura 29: Quantidade de Codornas entre 1990 a 2008.
Fonte: SPG (2011).

ANEXO F: EFETIVO DA PECUÁRIA EM MELEIRO



Figura 30: Quantidade de Coelhos entre 1990 a 2008.
Fonte: SPG (2011).



Figura 31: Quantidade de Equinos entre 1990 a 2008.
Fonte: SPG (2011).



Figura 32: Quantidade de Galinhas entre 1990 a 2008.
Fonte: SPG (2011).

ANEXO G: EFETIVO DA PECUÁRIA EM MELEIRO

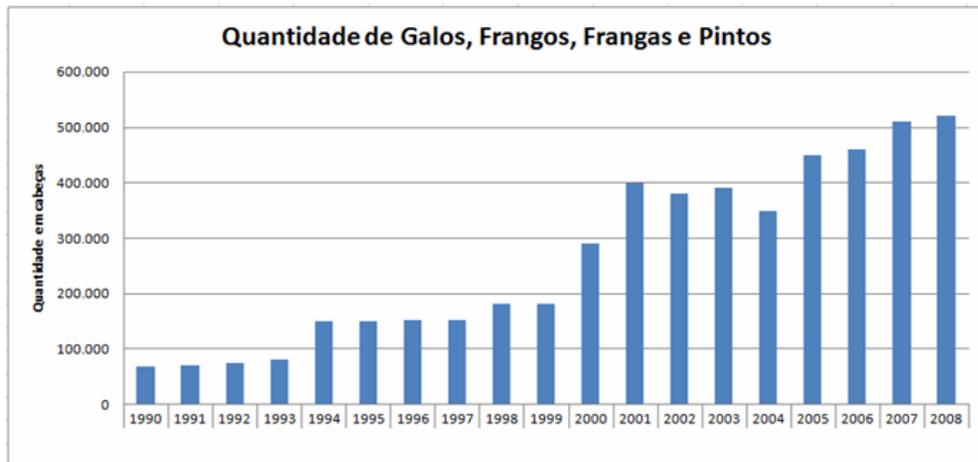


Figura 33: Quantidade de Galos, Frangos, Frangas e Pintos entre 1990 a 2008.
Fonte: SPG (2011).

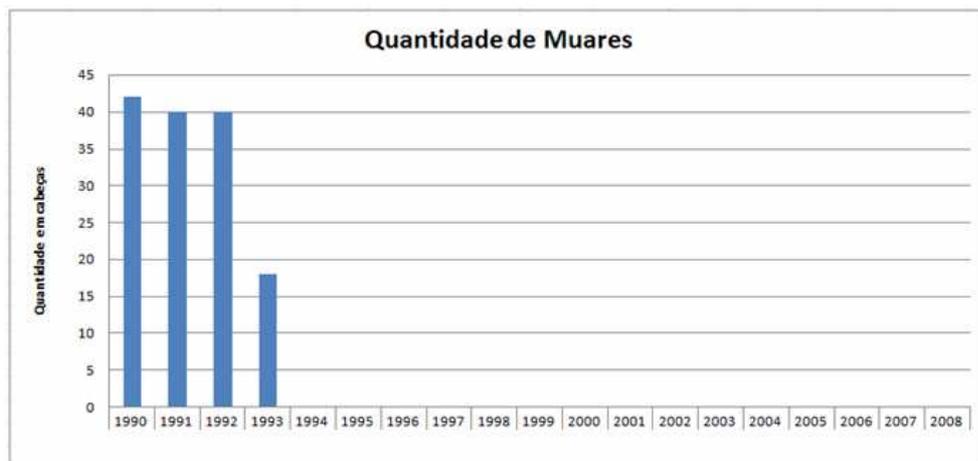


Figura 34: Quantidade de Muares entre 1990 a 2008.
Fonte: SPG (2011).



Figura 35: Quantidade de Ovinos entre 1990 a 2008.
Fonte: SPG (2011).

ANEXO H: PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL EM MELEIRO



Figura 36: Quantidade produzida de Leite entre 1990 a 2008.
Fonte: SPG (2011).

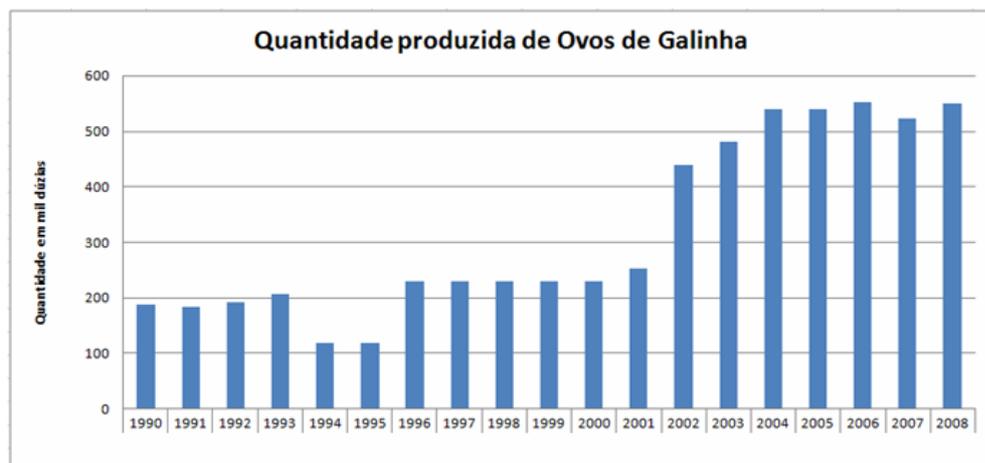


Figura 37: Quantidade produzida de Ovos de Galinha entre 1990 a 2008.
Fonte: SPG (2011).



Figura 38: Quantidade produzida de Ovos de Codorna entre 1990 a 2008.
Fonte: SPG (2011).

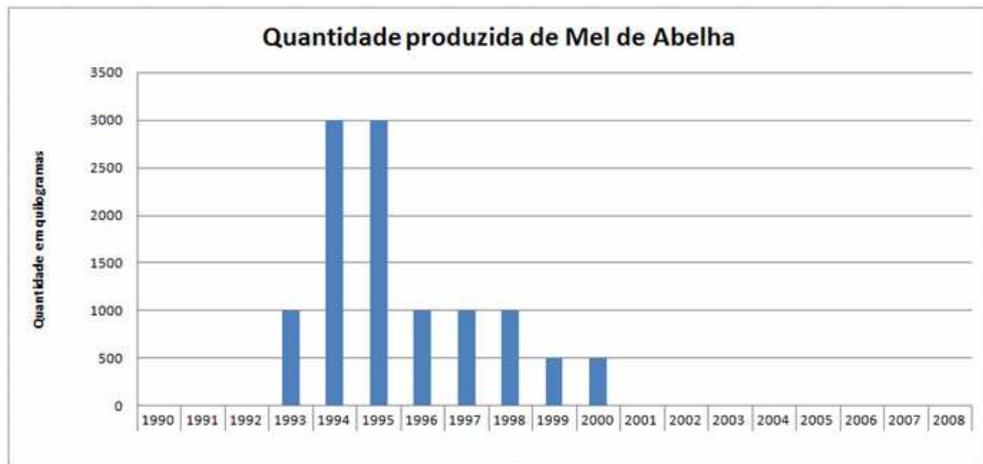
ANEXO I: PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL EM MELEIRO

Figura 39: Quantidade produzida de Mel de Abelha entre 1990 a 2008.
Fonte: SPG (2011).

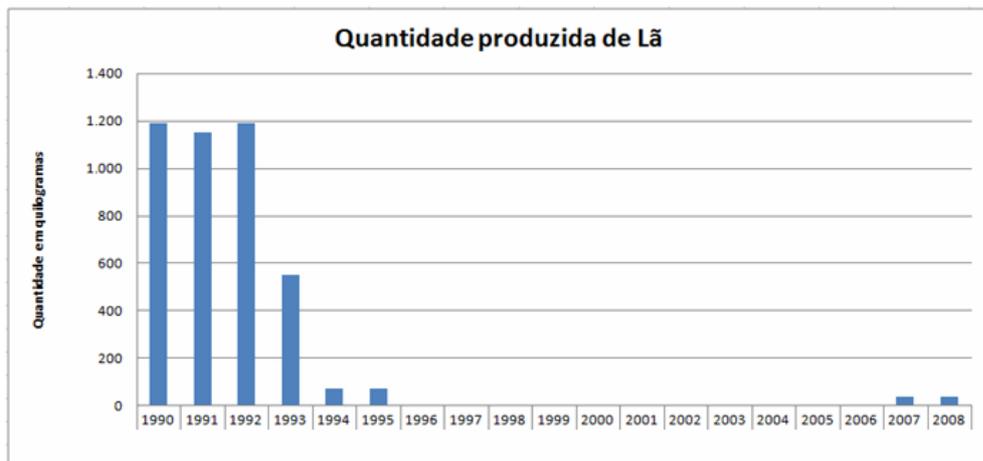


Figura 40: Quantidade produzida de Lã entre 1990 a 2008.
Fonte: SPG (2011).

ANEXO J: EXTRAÇÃO VEGETAL EM MELEIRO



Figura 41: Extração de Lenha entre 1990 a 2008.
Fonte: SPG (2011).



Figura 42: Extração de Madeira em Tora entre 1990 a 2008.
Fonte: SPG (2011).